



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

IRLENE SANTOS DE OLIVEIRA

**O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS MODALIDADES DE
EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA O CURSO DE LETRAS DA UNILAB/BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

IRLENE SANTOS DE OLIVEIRA

**O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS MODALIDADES DE
EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA O CURSO DE LETRAS DA UNILAB/BA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O47p

Oliveira, Irlene Santos de.

O professor de Língua Portuguesa e as modalidades de Educação : um olhar para o curso de Letras da UNILAB/BA / Irlene Santos de Oliveira. - 2021.

73 f. : il., color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Língua portuguesa - Estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA). 2. Professores - Formação - São Francisco do Conde (BA). I. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Estudos de caso. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.0708142

IRLENE SANTOS DE OLIVEIRA

**O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS MODALIDADES DE
EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA O CURSO DE LETRAS DA UNILAB/BA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 24 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira

Doutor - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Doutora - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Me. Cristina Ferreira da Silva

Mestra – Secretaria Municipal de Educação de Irará-BA

Dedico este trabalho a Deus e a minha querida
mãe(em memória).

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso contou com a ajuda de diversas pessoas, mas, inicialmente, irei agradecer a Jeová por me permitir chegar até aqui e por me ofertar a minha família, que é a minha base e estrutura. A minha amada mãe que sempre me incentivou a retornar aos estudos.

Aos professores que estiveram em minha trajetória e me ensinaram o valor dos estudos. Entre eles está a minha querida professora Jandira (em memória), que sempre me incentivou na leitura e, assim, criei amor pelos livros. A Alexandre Cohn da Silveira, meu orientador, que durante meses me acompanhou, me ensinou, me ajudou e me permitiu criar novos conhecimentos. E a todos os outros professores que através dos seus ensinamentos me permitiram chegar até esta defesa.

A todos que participaram das pesquisas, a colaboração de vocês foi essencial para que este trabalho fosse concluído. E, claro, às amigas que foram conquistadas durante o curso.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a expectativa de compreender como a formação inicial do professor de língua portuguesa ofertada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) campus dos Malês- BA, no período de 2017.1 a 2020.1, se relaciona com o preparo dos futuros docentes para atuarem nas diversas modalidades da Educação. A reflexão crítica sobre a formação inicial do professor de língua portuguesa tem favorecido a oferta dos cursos de licenciatura, no intuito de humanizar as práticas pedagógicas. Diante disto, foi realizado um estudo procurando observar as contribuições da formação ofertada pelo Curso de Letras quanto ao letramento político e à atuação docente nas diversas modalidades da Educação. Trata-se de um estudo centrado na área de Políticas Linguísticas e Formação de Professores de Letras. No presente estudo, foi observado a visão de docentes e discentes sobre o ensino de língua portuguesa e as modalidades de ensino, sendo respaldadas as questões do que é ensinar língua portuguesa diante dos objetivos e necessidades específicas das diversas modalidades de Educação. Desse modo, a partir das análises foi possível questionar o processo de formação inicial ofertado pelo Curso de Letras da UNILAB, visando criar novos olhares para o curso, constatando uma necessidade de reflexão sobre os propósitos do curso e suas contribuições para as demandas sociais, a fim de contribuir para sua melhoria na qualidade de ensino.

Palavras-chave: Língua portuguesa - Estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA). Professores - Formação - São Francisco do Conde (BA). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Estudos de caso.

ABSTRACT

This research presents a reflection on the expectation of understanding how the initial training of Portuguese language teachers offered at the of Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês-BA, in the period 2017.1 to 2020.1. It is related to the preparation of future teachers to work in the various modalities of Education. The critical reflection on the initial training of the Portuguese language teacher has favored the offer of undergraduate courses, in order to humanize pedagogical practices. In view of this, a study was carried out seeking to observe the contributions of the training offered by the Course of Letters regarding political literacy and teaching performance in the various modalities of Education. This is a study centered on the area of Linguistic Policies and the Training of Literature Teachers. In the present study, the view of teachers and students about Portuguese language teaching and the modalities of teaching was observed, and the questions of what it means to teach the Portuguese language were addressed in view of the specific objectives and needs of the different modalities of Education. Thus, from the analysis, it was possible to question the initial training process offered by the UNILAB Portuguese Language Course, aiming to create new perspectives for the course, noting a need for reflection on the course's purposes and its contributions to social demands, in order to contribute to their improvement in the quality of teaching.

Keywords: Portuguese language - Study and teaching - São Francisco do Conde (BA). Teachers - Training - São Francisco do Conde (BA). University for the International Integration of Afro-Brazilian Lusophony - Case Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Semestres dxs estudantes entrevistadx	38
Figura 02 – Modalidades de Educação estudadas pelxs estudantes	39
Figura 03 – Professorxs entrevistadx e as modalidades em que atuam	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CPLP – Comunidade dos Países de Língua

PortuguesaEAD- Educação a Distância

EJA- Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei das Diretrizes e Bases

educacionaisLP – Língua Portuguesa

LIBRAS – Língua Brasileira de

SinaisME – Modalidades de Ensino

PNE – Plano Nacional

EducacionalPPC- Projeto

Pedagógico de Curso

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I - SOBRE AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	14
2.1	INTRODUÇÃO	15
2.2	DEFININDO AS “MODALIDADES DE EDUCAÇÃO”	15
2.3	A EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
2.4	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	18
2.5	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	19
2.6	EDUCAÇÃO DO CAMPO	20
2.6.1	O que é pedagogia da alternância?	20
2.7	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	21
2.8	EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE	22
2.9	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	22
3	CAPÍTULO II - SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	24
3.1	INTRODUÇÃO	24
3.2	O QUE É ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA?	24
3.2.1	Os objetivos do ensino da língua portuguesa	26
3.3	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS ATUAIS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	27
3.3.1	A BNCC e o ensino de Língua portuguesa	28
3.4	O ENSINO DE LP E AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO	30
3.5	O PPC DE LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA DA UNILAB/BA E AS POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	33
4	CAPÍTULO III - OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	35
4.1	INTRODUÇÃO	35
4.2	A PESQUISA REALIZADA	35
4.2.1	Quanto aos objetivos da pesquisa	35
4.2.2	Quanto ao tipo de pesquisa	36
4.2.3	Quanto aos procedimentos	36
4.3	AS ANÁLISES	38
4.3.1	Respostas dos estudantes	38
4.3.2	Respostas dos professores	43
4.4	DOCUMENTOS ANALISADOS	47
4.4.1	A BNCC	47

4.4.2	O PCC do Curso de Letras	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICES	56
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	57
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES	70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a expectativa de compreender como a formação inicial do professor de língua portuguesa ofertada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Campus dos Malês- BA, no período de 2017.1 a 2020.1, se relaciona com o preparo dos futuros docentes para atuarem nas diversas modalidades da Educação.

O curso de Letras – Língua Portuguesa é ofertado no intuito de formar profissionais que estejam capacitados para atuar com a LP como língua materna e segunda língua, assim como, ofertar um letramento político ao discente. O curso está inteiramente ligado às políticas linguísticas, no sentido de preocupa-se com a língua portuguesa e às línguas que com ela se relacionam nos espaços ditos lusófonos, olhando a língua como objeto de interação social.

Assim, neste estudo, será apresentada a importância de estudar as modalidades de Educação ainda na formação inicial do professor, e a participação do ensino de língua portuguesa dentro dos objetivos de cada modalidade, oferecendo a oportunidade de os/as futuros/as docentes obterem conhecimentos básicos sobre as modalidades de educação e como elas estão atreladas ao ensino de língua portuguesa.

Nesse sentido, esse Trabalho de Conclusão de Curso aborda, em seu primeiro capítulo, as modalidades de Educação no Brasil, trazendo a definição e as particularidades de cada uma. Para isto, o capítulo está dividido em seções buscando falar de cada modalidade de forma mais pontual.

Em seguida, no segundo capítulo, será abordado o ensino de língua portuguesa, trazendo um olhar sobre o que é ensinar a língua portuguesa e qual o seu objetivo, procurando observar o que os documentos norteadores da educação relatam sobre esta temática. Por fim, no capítulo três, será apresentada como esta pesquisa foi realizada, bem como serão explorados os comentários coletados nas entrevistas com discentes do Campus da UNILAB/ Malês e com docentes que estão envolvidos com as modalidades de Educação.

2 CAPÍTULO I - SOBRE AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será analisado como o ensino de língua portuguesa pode ser aliado ao aprendizado prévio das modalidades de ensino, possibilitando ao professor criar metodologias para suprir necessidades específicas que a docência possa exigir. Desta forma, o estudo se faz sobre a necessidade do ensino básico das modalidades de ensino, permitindo ao novo profissional da educação obter conhecimentos que o permitam perpassar por um processo de ensino satisfatório.

Observando como o processo de aprendizagem de língua portuguesa é arbitrário, deve-se pensar em como utilizar este ensino de uma forma que contemple a realidade do educando. Olhando nesta perspectiva, Silveira e Oliveira (2020, p.58) afirmam que “o professor de língua portuguesa precisa se apropriar dos documentos norteadores da educação que regem o seu trabalho, e construir (ou ressignificar) o ensino de língua portuguesa de forma a possibilitar o exercício da cidadania.”

Partindo desta perspectiva, é necessário pensar como se dá a formação do professor, assim como, o ensino de língua portuguesa ligado às modalidades de ensino. Demais deve ser observado o contexto sociocultural e como o ensino da língua pode interferir/contribuir no cotidiano do aprendiz, observando é claro que a língua não está voltada apenas para a sua parte gramatical, mas em sua construção crítica, assim como o saber usar a língua ao seu favor. Permitindo ao professor em formação pensar em que forma irá trabalhar indo em encontro às perspectivas do aluno.

Trataremos, portanto, das modalidades de ensino e sua conceituação, trazendo explicações fundamentadas na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹ e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)², assim como no Plano Nacional de Ensino

¹ LDB é instituída pela lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

² A BNCC foi instituída em 22 de dezembro de 2017.

(PNE)³. Portanto, será abordado como as modalidades de ensino foram incluídas na educação brasileira, assim como a contribuição que trazem para uma educação de qualidade.

A ideia é estudar a importância de obter conhecimentos básicos durante o processo de formação inicial do professor de língua portuguesa, buscando contribuir com conhecimentos teóricos pertinentes para exercer sua prática docente e possibilitando metodologias que facilitem o processo de ensino-aprendizagem de seus/suas estudantes, Sena (1999, p. 81) afirma que:

Uma metodologia do ensino de língua não pode ser vista como uma questão puramente mecânica que busque tão apenas estabelecer recursos visando a uma melhor apreensão dos tópicos gramaticais, geralmente propostos como conteúdo programático das aulas de língua portuguesa.

Consoante aos ensinamentos de Sena, é fundamental que o profissional de língua portuguesa não veja o ensino da língua como o mero ensino de gramática normativa, mas entenda que facilitem o ensino-aprendizagem, tendo em conta as implicações sociopolíticas do ensino e dos usos linguísticos.

Para tanto, o texto do capítulo está dividido em oito partes que procuram explicar o que é cada modalidade de ensino, não de forma fragmentada, mas dialogando uma com as outras. Quando o tema é educação, inúmeros fatores devem ser numerados, pois o campo de estudo é complexo em si mesmo.

2.2 DEFININDO AS “MODALIDADES DE EDUCAÇÃO”

Modalidades de educação podem ser definidas como as divisões de um projeto para a Educação do Brasil que foi iniciado com a publicação da LDB, com o objetivo de garantir os direitos da comunidade estudantil, e da população em geral, assim como melhorar a qualidade educacional, levando em conta às características específicas dos grupos de estudantes. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases procura olhar para as necessidades próprias de cada grupo, procurando formas de contemplá-los em suas questões e inseri-los em um processo de ensino com eficácia.

³ A PNE foi instituída em 25 de junho de 2014 pela Lei nº 13.005/ 2014

Em seu contexto histórico, as modalidades de educação foram inseridas na LDB ¹em sua criação, em 20 de novembro de 1996. Esta lei foi sancionada pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, nos objetos da Lei 9.394/96, ao qual, em seu primeiro título, garante a educação escolar abrangendo os direitos dos estudantes vinculados a sua vida trabalhista e social.

Em 25 de Junho de 2014, é sancionada a Lei 13.005/2014, na qual a então presidenta Dilma Rousseff, decreta à aprovação do Plano Nacional Educacional (PNE) que trouxe mecanismos que reforçam o direito à educação de qualidade. Tendo isso em vista, foram definidas algumas metas , entre elas está a décima terceira meta, que informada em seu quarto tópico que se deve:

Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, **integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as)**, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência; (BRASIL, 2014, grifos meus)

Deste modo, o PNE, a BNCC, assim como a própria LDB procura trazer orientações que ressaltam a necessidade de aprimoramento da formação inicial dos cursos de licenciatura, promovendo condições para que os futuros educadores exerçam a docência com mais competência. Entender as modalidades de ensino, portanto, é entender questões que acompanham a carreira profissional do educador. Por este motivo, é valoroso estudá-las em suas especificidades.

2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com Shimazaki (2006, p.43),

Educação Especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – lei 9394/96, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos que por possuírem necessidades próprias e diferente dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade,

¹ A LDB surge após muitas lutas, e uma delas é a constituição de 1988 que trata sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas e adaptadas para que possam apropriar-se dos conhecimentos oferecidos pela escola. As diferenças ocorrem em função de altas habilidades, condutas típicas, deficiência física motora, visual, auditiva, mental, bem como condições de vida material precária.

Trata-se, portanto, de uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sendo parte que integra a educação regular conduzindo aquilo que se conhece por “inclusão escolar” ou “educação inclusiva”. As ações em termos de uma educação especial precisam ser descritas nos Projetos Político-Pedagógicos escolares visando melhor caminho inclusivo para alunos e alunas com deficiências, transtornos de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

A educação especial é um dos ápices da realidade escolar, pois é possível perceber como ainda é inquietante e desafiador o processo de inclusão em salas de aulas de ensino comum, ainda mais quando lidamos com educadores que não são especializados para lidar com as múltiplas necessidades do alunado. Atender às necessidades desse público-alvo não é uma tarefa simples e pode ocorrer na carreira profissional de qualquer educador.

Nesse sentido, as orientações acerca de uma educação especial apontam a necessidade de que educadores/as obtenham informações básicas sobre a questão para o bom andamento de suas atividades profissionais. Se for de seu interesse ou houver necessidade nessa atuação, os profissionais podem procurar especializações que possibilitem aprofundar seus conhecimentos neste quesito.

Logo, o educador pode apresentar propostas que proporcionem o ensino de língua portuguesa de forma satisfatória. O mesmo pode estar trabalhando com turmas com peculiaridades em particular. Como por exemplo, em uma turma do EJA pode ter alunos com surdez e/ou transtornos. Diante disto, o educador terá que adquirir conhecimentos para desenvolver o seu trabalho e o aprendiz participe do processo de aprendizagem.

O Plano Nacional Educacional (PNE) trouxe mecanismos que reforçam o direito à educação de qualidade. Tendo isso em vista, foram definidas algumas metas e entre elas está a quarta meta, especificamente, no décimo sexto tópico que propõe:

Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação de profissionais da educação (...) processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; (BRASIL, 2015)

2.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação escolar quilombola visa garantir os direitos das comunidades quilombolas à educação de qualidade, que valorize seus saberes próprios. A ideia principal é que a escola faça sentido para a comunidade em que está localizada, ou seja, esta educação deve ocorrer na própria comunidade visando promover práticas pedagógicas entre as atividades escolares e as atividades da comunidade. Para que isso ocorra, é necessário preservar a identidade cultural dessa comunidade, assim como as questões socioculturais promovendo resistência histórica e dando continuidade ao seu povo. É importante destacar que esta modalidade possui Diretrizes Curriculares Nacionais específicas estabelecidas pela Resolução n.º 08/2012 CNE/CEB e sua realização se dá em unidades educacionais dentro das comunidades, com uma proposta pedagógica própria e formação continuada aos docentes que lá atuam.

Entretanto, como explica Soares (2012, p.76-77)), a “Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino recente no âmbito da Educação Básica” exatamente porque as legislações que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica são recentes. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, “[...] trata-se de uma política pública em construção, de uma política pública cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar.”

Conforme as orientações dos documentos que abordam sobre a Educação Escolar Quilombola, é fundamental que está se organize a partir da memória coletiva, das línguas remanescentes, dos saberes próprios, das tecnologias e formas de produção do trabalho, das práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições, territorialidade e

demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país e da territorialidade. (BRASIL, 2012).

2.5 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A LDB, de acordo com Grupioni (2002), menciona a Educação Escolar Indígena em seus artigos 78 e 79, nos quais

[...] se preconiza como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. Para que isso possa ocorrer, a LDB determina a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, que contem com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. (GRUPIONI, 2002, p.132)

O autor afirma ainda que a Lei prevê uma formação de docentes de forma especializada no sentido de reunirem condições técnicas e culturais para atuar nessa modalidade, bem como contribuir na elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados.

É preciso ressaltar que não se trata de uma educação voltada para os ameríndios, mas sim voltada para a inclusão dos indígenas, tendo todo o seu processo sociocultural respeitado e preservado. Contudo, o que se faz necessário que haja preceitos de uma educação diferenciada e específica. Nesta perspectiva, há a tentativa de alinhar a educação formal à educação das comunidades, se atentando às especificidades de cada uma, com suas diversidades étnicas, assim como a devida atenção para a presença de grupos indígenas nas regiões urbanizadas.

Reconhecer que a história e a cultura indígenas fazem parte das nossas raízes é fundamental para uma reflexão em relação à formação docente que não se intera da

diversidade étnica brasileira, o que dificulta a organização de práticas didático-pedagógicas. Os povos indígenas possuem elementos culturais que influenciam in/diretamente no calendário escolar, isto significa que os componentes curriculares e a organização do currículo, dentre outros aspectos, devam atender às necessidades de todas as comunidades.

Nesta modalidade, os materiais didáticos precisam contemplar a realidade da língua materna de cada comunidade, considerando os usos das línguas por esses indivíduos, para possibilitar ao educador a organização de processos de letramento e alfabetização em L1 e L2.

2.6 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Souza (2008, p.1093-1094) explica que “educação do campo” é diferente de “educação rural”, exatamente porque não tem por objetivo “[...] ‘treinar e educar’ os sujeitos ‘rústicos’ do rural [...]”, mas sim busca atender à legítima reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sentido de propor “[...] a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo”. Isso significa, na visão da autora, questionar “[...] os interesses da classe dominante expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista.” Nesse sentido, a educação do campo é ofertada às pessoas residentes nos espaços rurais e prega a adaptação da educação formal à realidade local, buscando um currículo que atraia os estudantes e que contemple as suas necessidades em períodos que não possam estar na escola.

A educação para a população rural é pautada em três aspectos essenciais para uma organização pedagógica coerente aos objetivos dessa modalidade. Primeiro, opera conteúdos curriculares e metodologias contexto de estudantes de zonas rurais. Também prevê uma organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às questões agrícolas (plantio, colheita) e com relação ao clima (períodos de seca, chuvas etc). Por fim, seus objetivos precisam estar em conformidade com a natureza do trabalho. A pedagogia da alternância é um método que auxilia na interação aluno-escola.

2.6.1 O que é pedagogia da alternância?

A pedagogia da alternância é uma proposta pedagógica que leva em conta a realidade do jovem do campo que precisa estudar e trabalhar. Portanto, esta pedagogia possibilita o cidadão a unir as duas demandas, impedindo a evasão escolar e criando oportunidade de aliar

o conteúdo e o calendário escolar à realidade do estudante. Segundo Piatti (2014, p. 41) “a alternância é vista como modalidade que possibilita ao sujeito aprender e apreender situações de aprendizagem em espaços formais de ensino, bem como em espaços de vida e trabalho.” Piatti (2014, p.51) explica que a alternância “acontece em dois tempos e em dois espaços: o tempo-escola (momento de educação formal na escola) e o tempo-comunidade (momento de educação na comunidade, na vida diária).” Nesse sentido, a pedagogia da alternância visa oferecer uma educação baseada entre o educando e os lugares, observando a sua vivência na escola e na sua comunidade, pois é de sua importância para a sua formação colocar em conexão os espaços e tempos.

2.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Dentro de uma perspectiva democrática e inclusiva, a Educação a Distância se propõe a diminuir a distância geográfica entre aprendizes e objetos de aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos diversos para que todas e todos tenham acesso às informações. Trata-se de uma modalidade que, quando bem organizada e conduzida, contribui para a inclusão e para uma equidade no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Campos et al,

Uma das causas da exclusão social no Brasil é a impossibilidade de formação profissional fora dos centros urbanos, que sempre discriminou os jovens que não podem se deslocar das suas cidades do interior dos Estados para estudar num campus universitário, ou que mais recentemente, não têm como arcar com as mensalidades das instituições particulares. A Educação precisa ser inclusiva, com qualidade e acontecer ao longo de toda a vida. (CAMPOS et al, 2007, p.5)

Vale destacar que a EAD (Educação a Distância) está implantada há anos no Brasil, porém só mais recentemente está se tornando cada vez mais popular. Nesta modalidade, docentes e discentes estão em um processo de ensino-aprendizagem em ambientes físicos diferentes. As TICs – Tecnologia de informação e comunicação – são os principais recursos desta modalidade de ensino.

Na educação a distância, existe um processo de autonomia, no qual o/a aluno/a, na maioria das vezes, decide o momento e o tempo em que irá se dedicar aos estudos, podendo também escolher se este estudo ocorrerá de forma coletiva ou individual. Porém, é preciso destacar que a participação do professor não se torna dispensável, é preciso do apoio do educador/mediador, o qual atua junto aos estudantes de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (em tempos diferentes).

2.8 EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE

De acordo com a LDB, em seu capítulo II, na seção IV do Ensino Médio, inciso V, está prevista a formação técnica e profissional, institucionalizada na lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008 e incluída na lei nº 13.415, de 2017. O intuito é explicar que a educação técnica e profissional deve ser articulada ao ensino médio, dando a garantia de que a modalidade deve ocorrer de forma gratuita, oferecendo ao estudante certificação que o qualifique para o trabalho.

O Instituto Federal da Bahia (IFBA) é um dos exemplos de instituições de educação profissionalizante nos arredores do Campus do Malês, a qual profissionaliza jovens em modalidades subsequentes, onde o aluno cursa somente o ensino técnico, e integrada, modalidade em que o aluno cursa o ensino médio e o curso técnico ao mesmo tempo. Escolas estaduais, na cidade de Salvador, vêm aderindo a esta modalidade de ensino, em cursos diversos, nos quais os estudantes, dentro de quatro anos, têm formação geral e técnica.

2.9 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como público-alvo jovens e adultos que não puderam realizar sua escolarização dentro da idade apropriada. Sua organização pedagógica deve procurar atender às especificidades de aprendizado desse público, enfocando seus interesses, bem como suas condições de vida e de trabalho, quer no nível Fundamental, quer no Ensino Médio.

A EJA busca a formação integral, desde os processos de alfabetização e letramentos até as demais etapas da caminhada escolar, inclusive os indivíduos que se encontram em situação de privação de liberdade. Isso equivale dizer que os princípios básicos da EJA são inclusão e qualidade social. Nesse sentido, a EJA é uma modalidade de ensino que busca estimular o professor a buscar possibilidades para uma abordagem pedagógica levando em conta a diversidade do ser humano. A expectativa é de criar metodologias que engajem os alunos e diminuam as dificuldades dos educadores. Pois o intuito desta modalidade não é fazer com que o jovem/adulto aprenda a ler e escrever, mas que também aprenda coisas significativas para sua vida.

Conforme Santos, Oliveira e Santos (2017), a EJA é um desafio para os professores, provocando com que as escolas e os educadores se ajustem aos perfis dos alunos. Neste sentido

é preciso que os profissionais adotem um modelo pedagógico diferenciado dos demais, para evitar a evasão escolar. Diante de tal situação, fica evidente a necessidade de repensar na grade curricular e na necessidade de formandos em letras adquirirem conhecimentos teóricos sobre o assunto. Pois há uma grande necessidade de reinventar.

Em síntese

Este capítulo procurou abordar as modalidades de ensino, a sua conceituação e explicações necessárias sobre cada modalidade. A ideia era esclarecer como o estudo das modalidades se faz benéfico para a docência, de forma ampla, e especificamente para o professor de língua portuguesa. Diante do exposto, é necessário refletir em conjunto a formação inicial do professor de língua portuguesa, particularmente da UNILAB/ Malês-BA, observando como se dá a formação de docentes que, possivelmente, lidarão em suas carreiras com algumas das modalidades de ensino.

Para que esta reflexão ocorra, é necessário compreender, para além das modalidades de ensino, os documentos que regem a educação brasileira, como a BNCC, o PNE e o PNLD, assim como observar documentos do Curso de Letras, como o seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) bem como verificar o que compõe a Prática do Componente Curricular (PCC), que trazem informações mais específicas sobre a formação inicial do professor de língua portuguesa, sobre as questões teóricas e práticas abordadas no decorrer do curso de graduação. Essas serão as questões a serem tratadas no próximo capítulo.

3 CAPÍTULO II - SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordadas questões sobre o ensino de língua portuguesa e a formação do professor de língua portuguesa. Portanto, será apresentada, inicialmente uma explicação sobre o que é ensinar língua portuguesa e, na sequência, serão comentados alguns dos seus objetivos mais relevantes. Após este momento, haverá discussões sobre as políticas linguísticas atuais para a língua portuguesa no Brasil, olhando para os documentos norteadores da Educação brasileira.

Por fim, será apresentado como a formação inicial do professor de língua portuguesa proposta pelo Curso de Letras da UNILAB/Campus dos Malês dialoga com essas questões, a partir de um olhar sobre o Projeto do Curso (PPC) e também para o que é apresentado sobre sua Prática como Componente Curricular (PCC). Enfim, o intuito é criar um debate sobre o ensino de língua portuguesa e a formação docente do professor de LP com as ME.

3.2 O QUE É ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA?

Antunes (2021) expõe que uma atividade pedagógica em prol do ensino do português geralmente toma como eixos fundamentais quatro campos: oralidade, escrita, leitura e gramática. Diante do exposto pela autora, o ensino de LP, muitas vezes se limita a essas quatro fases corriqueiras no ensino da língua, mas que são tratadas, na maioria das vezes, de forma fragmentada, descontextualizada e sem relação mais íntima com o aprendente. Uma aula de língua portuguesa, como a própria autora propõe, precisa lidar com questões outras necessitando uma vontade de mudar o que não está funcionando. De acordo com ela (2021, p.33), isso

supõe uma ação ampla, fundamentada, planejada, sistemática e participada (das políticas públicas – federais, estaduais e municipais – dos professores como classe e de cada professor em particular), para que se possa chegar a uma escola que cumpra, de fato, seu papel social de capacitação das pessoas para o exercício cada vez mais pleno e consciente de sua cidadania.

Por muito tempo o ensino da língua portuguesa esteve voltado ao ensino da gramática normativa, uma leitura mecânica e a produção escrita engessada e sem maior significância para os/as estudantes. Santos (2015, p.2) afirma que este ensino “ainda hoje é visto por muitos como a maneira de ler e escrever com sucesso”. Ao decorrer do tempo, o ensino de LP deixa de ser enxergado desta forma e passa a ser um processo de interação/comunicação, em outras palavras, a concepção de língua vai, aos poucos, deixando de ser vista apenas como estrutura para ser entendida também como prática social. Diante disso, é possível perceber que muitos professores têm procurado metodologias de ensino- aprendizagem que possibilitem seus alunos a se tornarem cidadãos críticos dos problemas a que são submetidos, bem como de sua própria realidade. De acordo a Silveira e Oliveira,

O professor de língua portuguesa precisa se apropriar dos documentos norteadores da educação que regem o seu trabalho, e construir (ou ressignificar) o ensino de língua portuguesa de forma a possibilitar o exercício da cidadania através dos usos linguísticos, em vez de limitar o aprendizado dos/das alunos/as a saberes metalinguísticos, na maioria das vezes, de forma descontextualizada. As competências relacionadas à formação de opiniões, ao conhecimento das causas dos problemas sociais vigentes, à leitura crítica das questões sociais, são alguns dos focos de um trabalho docente visando o letramento cidadão e político dos/das estudantes. (SILVEIRA; OLIVEIRA 2020, P. 58-59)

Sob esta perspectiva, o ensino de LP está atribuído às contribuições desse componente curricular para o exercício da cidadania, cabendo ao educador assumir um papel sociopolítico, tendo familiaridade com os documentos que regem o seu trabalho, sobretudo naquilo que, de alguma forma, possa auxiliar seu alunado a ser letrado de forma crítica.

Freitas (2015, p.908) relata que o ensino de LP condiz com “a proposta de inclusão dos temas transversais (Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo).” Logo, percebe-se que, através do ensino de LP nessa perspectiva, é possível transformar o individual e o social, trabalhando temáticas que foram citadas anteriormente, mas também temas que se aproximem da realidade dos alunos. A reflexão sobre a transformação que o ensino de LP pode possibilitar ao estudante é importante, pois auxilia no desenvolvimento das competências, como usuário da língua, mas também em sua cidadania e questões identitárias. É válido lembrar que o uso da língua não está ligado a questões metódicas/técnicas, mas a práticas reflexivas em seu contexto social.

3.2.1 Os objetivos do ensino da língua portuguesa

Como qualquer outra área de conhecimento, estão atrelados ao ensino de LP objetivos que elucidarão no desenvolvimento do indivíduo. É necessário entender que a sociedade está em movimento constante e se faz relevante conquistar saberes significativos. Para que isto ocorra, os múltiplos temas que são apresentados em sala de aula precisam estar vinculados ao ensino de LP, possibilitando que os alunos compreendam os processos sociais que estão envolvidos, formando cidadãos críticos que compreendam e participem do que ocorre em sua volta.

Portanto, ao concluir todo o processo de aprendizagem é esperado que o/a estudante obtenha competências como é apresentado na BNCC (2017, p.86):

- Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
- Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
- Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
- Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

Estes são alguns dos objetivos que é esperado que o alunado obtenha durante a sua formação fundamental e médio. Mas, também se faz propício comentar que o ensino de LP precisa fazer sentido para os estudantes, pois este ensino tem que observar a realidade do corpo estudantil e se aproximar dele e, para que isto ocorra, é importante que o/a professor/a esteja apropriado/ das questões específicas relativas às diversas modalidades de educação. Em alguns casos, o ensino de LP deve ser organizado numa perspectiva de ensino de segunda língua do estudante e, para tal, se faz relevante as discussões promovidas pela Linguística Aplicada quanto ao ensino de L2, Bilinguismo, e o porquê de ensinar LP para comunidades específicas.

3.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS ATUAIS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O campo de estudos e pesquisas das políticas linguísticas, segundo Oliveira (2017, p.12) refere-se à “relação entre a língua, seu uso, usuários e sua regulamentação pelo Estado, muitas vezes com o interesse principal de resolver problemas de nações em desenvolvimento ou de preservar direitos linguísticos de determinados grupos e comunidades.”

Para a implementação das políticas linguísticas são necessários planejamentos linguísticos que dizem respeito a “processos ideológicos que contribuem para a manutenção de relações de poder desiguais entre grupos linguísticos majoritários e minoritários. (BONACINA-PUGH, 2012, p.216 *apud* SEVERO, 2013, p.456)”

Dentre os diversos tipos de planejamentos linguísticos, destacamos o planejamento de corpus e o planejamento de status. Segundo Severo (2013, p. 454) planejamento de corpus inclui ações como “codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários”. Já o planejamento de status lida com “designações e usos da língua pautadas por leis e decretos”.

Quando se trata do ensino de LP, as políticas linguísticas atuam no sentido de organizar qual língua será ensinada e, através do planejamento de corpus organizado, define o que consiste esse ensino e como ele deve ser sistematizado. Conforme o que se entende por língua, temos um ensino pautado na gramática estrutural dessa língua, no funcionamento social da língua, nos discursos produzidos para e sobre a língua, nos processos comunicativos, dentre outras possibilidades. É importante perceber qual a orientação política que conduz o ensino de língua, para melhor entendermos qual o plano de atuação social que existe para aqueles que estão aprendendo essa língua.

Neste trabalho, defendo o ensino de língua não como estrutura, mas como significação, pois o ensino de LP deve ser de forma significativa para o estudante. A língua deve ter o seu ensino ligado á construção do cidadão como um ser crítico, obtendo conhecimentos sobre os direitos humanos, meio ambiente, racismo, homofobia, violência doméstica, política. Segundo Freitas (2015), as políticas linguísticas “são, ainda, indissociáveis de sua implementação, ao que se denomina planejamento linguístico, cujos objetivos, interesses e limites são sempre políticos e ideológicos.” (FREITAS, 2015, p.906).

A língua é um ato político, que está diretamente ligado às comunidades, ao país, ao estado e o município por causa do seu poder social. Para tal, cabe a esta política intervir na importância de preservar as línguas minoritárias, assim como vê a importância de atrelar o ensino de línguas consideradas privilegiadas em determinadas regiões. Por exemplo, o ensino de LP em tribos indígenas. O ensino de políticas linguísticas voltado para a sala de aula, carece de um processo de significação para o corpo estudantil, pois necessita contribuir para uma formação de leitores críticos, que saibam dos seus direitos, assim como compreendam o meio em que estão inseridos, sendo capazes de debater questões sociais que lhes rodeiam. Este ensino, deve ser pautado nas garantias que as políticas linguísticas oferecem, porque se faz necessário trabalhar línguas quilombolas em comunidades de escolas quilombolas por exemplo, assim como em qualquer outra comunidade que careça do ensino da língua que faz parte de sua identidade.

Portanto, as políticas linguísticas atuais procuram ofertar aos cidadãos possibilidades de se tornar cidadãos críticos obtendo como o recurso para tal a sua língua, assim como, obter a língua como prática discursiva, usando os planejamentos linguísticos, assim como as políticas educacionais.

3.3.1 A BNCC e o ensino de Língua portuguesa

A BNCC é um documento curricular que orienta sobre as diversas esferas de conhecimento, norteando sobre as instituições públicas e privadas mediando de forma positiva – ou nem sempre! – as propostas pedagógicas anuais. Desde que foram sancionadas, a maior parte das diretrizes curriculares da educação brasileira – o que ocorreu entre 2009 e 2010 – também houve a discussão e a aprovação do Plano nacional da Educação (PNE), o qual propunha ações para a educação nacional até 2020, dentre elas a criação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BONINI, COSTA-HÜBES, 2019). É relevante, portanto, investigar sobre as propostas de ensino-aprendizagem que a BNCC traz para a área e linguagens, e, mais precisamente, para a LP. De acordo com a BNCC (2017, p.67) cabe a LP:

proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais

permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

Ainda consoante a BNCC (2017, p.72)

os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses).

A BNCC procura apresentar alternativas inovadoras que busquem trazer pontos positivos para os profissionais da educação e estudantes. Logo, é possível perceber que a BNCC procura promover ao corpo estudantil, do ensino fundamental ao ensino médio, habilidades e competências de ensino e aprendizagem que possibilitem a desenvoltura com a escrita e oralidade, assim com práticas de letramentos em diversas esferas. De acordo com Rossi e Souza (2019, p.75), a Base “[...] vem para atuar como um documento normativo, como referência obrigatória, em complementação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para a formulação de currículos e propostas pedagógicas.”

Os autores destacam uma ênfase que o documento traz quanto à “compreensão interacionista da língua(gem)”, sendo possível perceber que o texto ocupa papel central nos estudos do componente de língua portuguesa, havendo um reforço quanto às práticas de letramentos sociais, inclusive de letramentos digitais, para além de um estudo de gramática normativa, como é demonstrado neste trecho do documento:

No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas. A perspectiva de abordagem do português brasileiro também deve estar presente, assim como a reflexão sobre as razões de sua ainda pouca presença nos materiais didáticos e nas escolas brasileiras. (BRASIL, 2017, p.504)

Diante do exposto, é possível perceber que o ensino da gramática, ainda preservado pela BNCC, tanto no ensino médio, como no ensino fundamental, ganha uma significação

ampliada ao trazer esse ensino para uma perspectiva crítica da realidade social do/da estudante. Porém se faz necessário indagar qual espaço o ensino de gramática deve ocupar em sala de aula? A que ele se objetiva?

O ensino de língua portuguesa, tal como proposto pela BNCC, atende às reflexões de Santos (2015, p.4), quando diz que

A língua portuguesa está situada no emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está mergulhado e não divorciado do contexto social. Espera-se que ele alcance competências em relação à compreensão da língua portuguesa que lhe possibilitem considerá-la como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e comorepresentação simbólica de experiências humanas manifestadas na forma de sentir, pensar e agir na vida social.

Diante desta afirmação, é possível perceber que o ensino de LP não tem como se distanciar do contexto social e que este ensino deve ser utilizado para auxiliar o desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs, fazendo sentido para todos e todas. É preciso ter em conta se a LP é primeira ou segunda língua nos contextos de ensino, assim como em que momentos sociais cada indivíduo usa essa língua. A BNCC procura trazer para o educador e para o estudante maneiras que possibilitem um processo de ensino-aprendizagem mais democrático e significativo. Mas, para que para isso ocorra, os cursos de licenciatura também precisam desenvolver essas discussões em seus currículos procurando oferecer uma formação em que os/as futuros docentes estejam capacitados para o exercício profissional adequado.

3.4 O ENSINO DE LP E AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO

Novaes (2011, p. 7634) explica que o ensino de LP “exige que se vá além do ensino tradicional da língua, que haja um constante diálogo entre as disciplinas, que se compreenda as relações inerentes às estruturas sociais e às práticas sócio discursivas pertinentes a tais estrutura.” Nessa lógica de pensamento, ensinar LP varia de acordo com as necessidades de cada modalidade de educação e de cada contexto de ensino. O/A educador/a precisa adquirir conhecimentos prévios sobre a cultura local onde irá atuar, suas necessidades de aprendizagem, as necessidades de dialogar com os demais componentes curriculares e sobre o que cada modalidade de ensino requisita para o ensino da LP.

Ainda consoante Novaes (2011, p.7633), entender a “língua enquanto uma prática social que se efetiva por meio de gêneros textuais, insere-se o ensino de língua portuguesa.” Diante desta reflexão, se faz necessário entender que o ensino da LP precisa seguir o que é estabelecido pela BNCC, requerendo a aproximação com os gêneros textuais e com a realidade do educando. Segundo a BNCC (p.67) “Os conhecimentos sobre os gêneros (...) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas.”

Em cursos técnicos e profissionalizantes, por exemplo, é de hábito trabalhar gêneros textuais ligados às práticas profissionais relativas às necessidades de cada setor. Novaes (2011, p.7635) apresenta alguns exemplos de gêneros pertencentes a eixos profissionais específicos, quando diz:

[...]em cursos do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, gêneros ligados ao que chamamos de “redação técnica” tais como: ata, memorando, certificado, circular, entre outros. No Eixo de Infraestrutura gêneros como: relatório, projeto, ordem de pagamento, etc. No Eixo Hospitalidade e Lazer gêneros como: orçamento, contrato, recibo, e assim por diante com os outros eixos tecnológicos. Para todos os eixos há o hábito ensinar gêneros ligados a formação do cidadão como: requerimento, carta de reclamação, currículo, carta de solicitação de emprego, entre outros.

São gêneros que participam da formação que o educando recebe em sua aprendizagem profissional que o curso oferece.

Lembramos aqui a obrigatoriedade da aprendizagem de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas licenciaturas é fundamental, pois o estudo de Libras possibilita ao professor uma prática pedagógica inclusiva com relação à comunicação com estudantes com deficiência auditiva. Para muitos desses estudantes, a língua portuguesa não é língua materna e isso requer o entendimento de que uma segunda língua não se aprende da mesma forma que a primeira, havendo necessidade de metodologias e teorias específicas para esse processo. É importante destacar que só o aprendizado de Libras não atende à questão da educação inclusiva satisfatoriamente, pois o/a docente não estuda sobre outros assuntos pertinentes a essa modalidade como transtornos, superdotação e outros pontos que afetam

significativamente o ensino de língua e os processos e procedimentos de ensino-aprendizagem.

A EJA busca ofertar ao estudante a oportunidade de obter um ensino formal que traga pontos significativos para a sua vida, e para que isto ocorra os profissionais de LP devem buscar situações que se aproxime da realidade do educando. Um exemplo para que isto ocorra é que os estudantes passem a ter um domínio ortográfico, reproduzindo todos os sons que aparecem em sua fala. Nesse sentido, como exemplo, é necessário trabalhar questões relacionadas às variações linguísticas e aos usos particulares que são apresentados na fala deste público, como “cauvão” para “carvão”, “alimpá” para “limpar”. Assim como expressões que fazem mais sentido em seu contexto de práticas cotidianas, como por exemplo “uma mão” que representa “cinquenta unidades”. Santos, Oliveira e Santos (2017, p. 4825) comentam que:

o trabalho do professor deve contemplar ao mesmo tempo em que se dá essa aprendizagem da relação entre sons e letras, toda a parte da oralidade, de modo a levar os estudantes à consciência de como, no dialeto padrão, se fala aquilo que eles estão aprendendo a representar por escrito.

Logo, o docente deverá procurar estratégias para que haja um sentido no que o aluno está estudando, e para isso deverá levar em conta em que ambiente o educando está envolvido, sua faixa etária, e o seu ritmo para desenvolver suas habilidades já que a maioria dos alunos do EJA possui uma rotina de trabalho no turno oposto. Então, o professor precisa compreender o que é EJA para que sua prática docente não se torne inadequada.

No que diz respeito à educação do campo, é uma modalidade de ensino que busca ofertar aos seus educandos possibilidades que permita a permanência dentro do ambiente escolar. A LDB traz garantias diante a esta modalidade “na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região” (art. 28). Neste sentido, é possível perceber a importância da pedagogia da alternância, pois procura alternar de forma que haja adaptações às necessidades desses estudantes em conciliar o calendário curricular e as suas condições de trabalho. Em muitas situações, os/as estudantes discutem questões mais teóricas no período em que estão no ambiente escolar e, no período em que estão no campo, realizam observações e praticam experimentos em conformidade com suas práticas do dia a dia. Visando incentivar o desenvolvimento do campo, respeitando os alunos e possibilitando que os mesmos consigam perceber de forma crítica o seu papel na sociedade, nas transformações necessárias,

na defesa de seus direitos e a importância da educação formal nessas questões.

Quando o tema é educação indígena, é necessário pensar, como este ensino pode ser pautado, pois até o fato do professor ser um não-indígena traz possíveis implicações para esse processo de ensino-aprendizagem, principalmente no quesito língua materna e língua adquirida, assim como a questão do pertencimento é levado em conta nas escolas indígenas, mas não impede de haver um diálogo cultural. Mas o que deve ser levado em conta para cada comunidade, é preciso que haja uma escola que atenda às necessidades desta comunidade. Essas especializações docentes que abranjem a uma comunidade específica podem ser realizada de forma continuada, mas o que importa aqui é refletir porque não estudar esta modalidade na formação inicial.

A Educação Quilombola é de extrema importância para que os alunos se aproximem de sua identidade, cultura e de seu contexto-histórico. Promovendo possibilidades de um ensino pautado nas necessidades do alunado, assim como específico para cada comunidade. Um ensino que leve em consideração a língua materna e a língua adquirida pelos alunos. Não há como padronizar o que é esperado para uma educação escolar quilombola. Cada comunidade pode requisitar que sejam trabalhados pontos estratégicos, podendo ser temáticas como racismo, ancestralidade, direitos do cidadão.

3.5 O PPC DE LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA DA UNILAB/BA E AS POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Letras da UNILAB, do Campus dos Malês, é um documento formulado em 2006 que apresenta o curso em seu contexto histórico, seus princípios, os objetivos, sua organização curricular, o corpo docente e o núcleo docente estruturante, assim como sua avaliação e condições para oferta de curso. Diante disto, existe a necessidade de estudar o PPC para identificar como o curso apresenta condições de uma formação em letras que possibilite aos/às discentes oportunidades de conhecer as modalidades de educação e/ou possibilidades de ter uma formação crítica e sociopolítica para atuar em determinados espaços.

O curso visa formar cidadãos que tenham um grau de letramento político e crítico que lhes permitam compreender e dialogar sobre diversos assuntos. Segundo o PPC (2006, p. 10):

O cenário da realidade educacional brasileira, no que concerne à crise do ensino de língua portuguesa na educação básica, somado à necessidade de satisfazer às demandas relacionadas ao ensino de português como língua estrangeira/ adicional nos cursos de Letras, exige a formação de um profissional que seja capaz de atuar criticamente no processo de ensino- aprendizagem de língua portuguesa.

Nesta perspectiva, o curso tem como ideia principal aperfeiçoar o processo de ensino- aprendizagem de LP, na região do nordeste. O PPC (p.9) visa ainda “[...] formar e qualificar professores de língua materna para essa comunidade” vendo a língua como um processo de integração social e cultural. Tudo isso sugere uma preocupação com a Educação, de um modo geral, e com a educação linguística, mais precisamente, tendo em conta todas as situações socioculturais existentes na região de abrangência do Curso de Letras – Língua Portuguesa da UNILAB/BA, ou seja, educação linguística em contextos quilombolas, indígenas, contextos de ensino para jovens e adultos, educação inclusiva e ensino técnico- profissionalizante, além do ensino a distância, numa perspectiva mais global.

4 CAPÍTULO III - OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

4.1 INTRODUÇÃO

Nesse capítulo, pretende-se apresentar os caminhos utilizados para desenvolver a pesquisa a fim de dar um entendimento da importância do ensino da LP nas ME. Para isto, foi requisitada a colaboração de discente e docentes, com a finalidade de compreender como se dá a formação inicial do professor de língua portuguesa, da UNILAB / MALÊS e como a universidade está contribuindo para este processo.

Em virtude da pandemia de COVID-19, tornou-se impossível realizar entrevistas de forma presencial. Neste sentido, as pesquisas foram realizadas pelo google formulário, possibilitando perceber que o fato desta pesquisa não ser presencial, impediu a participação de mais colaboradores.

Desta maneira, neste capítulo, será apresentados os caminhos metodológicos, e quais os resultados foram obtidos diante às entrevistas e análises dos documentos, possibilitando ao leitor reflexões sobre a necessidade de se inserir o estudo básico das ME na formação inicial do professor de LP.

4.2 A PESQUISA REALIZADA

4.2.1 Quanto aos objetivos da pesquisa

Foi realizada uma pesquisa que tem como objetivo geral conhecer as efetivas modalidades de educação e suas particularidades quanto ao ensino de Língua Portuguesa. Mais detalhadamente, procurou-se perceber em que medida a formação do professor de língua portuguesa ofertada pelo Curso de Letras da UNILAB/BA está favorecendo a atuação dos futuros docentes nas diversas modalidades de educação. Já os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- Estudar as modalidades de educação;
- Realizar um estudo quantitativo sobre o ensino de língua portuguesa em contextos específicos;
- Entender as necessidades de aprendizagem nas diversas modalidades de

educação;

- Investigar como é o ensino da LP diante as modalidades de ensino;
- Analisar o currículo e a formação do Curso de Letras da UNILAB/BA frente às modalidades da educação.

A finalidade da pesquisa é compreender como o ensino de LP ocorre diante às ME, assim como, entender como o curso de LP ofertado pelo Campus dos Malês/ BA pode estar colaborando para o agir docente sociopolítico, possibilitando que os formandos obtenham conhecimentos básicos sobre as ME. Em suma, esta pesquisa também possibilita sugerir alternativas de implementação do estudo das ME na grade curricular de Letras.

4.2.2 Quanto ao tipo de pesquisa

Pesquisa é aplicada quanto á natureza, pois “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Quanto aos seus objetivos é exploratório, pois permite aproximação com o problema apresentado. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.35) , “[...] a grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007)”. A abordagem é qualitativa, pois (p. 32) “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” Já quanto aos procedimentos é um estudo de caso, pois (p. 39) procura estudar “uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.”.

O intuito da pesquisa é trazer contribuições para o curso de Letras, foi de suma importância realizar entrevista, utilizando deste recurso como coleta de dados, sendo dirigido a professores e a estudantes.

4.2.3 Quanto aos procedimentos

Foi realizada uma pesquisa com discentes do curso de Letras, para melhor perceber seus entendimentos sobre as modalidades de educação e sobre a formação que estão recebendo para uma possível atuação nesse sentido. Também coletamos informações junto a docentes que

atuam nas diversidades modalidades de educação, para melhor entender as necessidades e as realidades de cada modalidade. Para melhor entender as políticas de ensino de língua portuguesa e as políticas de formação docente do Curso de Letras da UNILAB/BA, foram analisados alguns documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o PPC de Letras: língua portuguesa da UNILAB, Campus dos Malês. Também foram lidos diversos textos teóricos que pudessem elucidar os caminhos da pesquisa.

Foi feito um estudo teórico sobre políticas linguísticas e sobre as modalidades de educação a partir das leituras de teóricas como Cristine Gorski Severo, Celia Beatriz Piatti, dentre outros, ao qual discorrem acerca de assuntos importantes como Políticas Linguísticas, BNCC, Modalidades de Ensino, Ensino de LP, possibilitando a reflexão de como ocorre o ensino de LP diante às ME e como a BNCC, PNE e PNL influenciam neste quesito.

A leitura dos teóricos referidos acima trouxe a possibilidade de percorrer por caminhos condizentes as modalidades de ensino, procurando compreender como as políticas linguísticas e educacionais atuam. Desta forma, foram formuladas perguntas que permitissem gerar reflexões para serem direcionadas a profissionais da educação e discentes do campus dos Malês.

Foram realizadas entrevistas com onze (11) professores e dezoito (18) discentes. O recurso utilizado para a pesquisa foi o Google formulário. Direcionada aos estudantes, o questionário obtinha cinco (5) perguntas objetivas e nove (9) perguntas discursivas, totalizando quatorze (14) questões. Já quando se trata dos docentes duas (2) perguntas objetivas e dezesseis (16) perguntas discursivas, totalizando dezoito perguntas. O questionário procurou tratar de questões mais diretas quanto às modalidades de educação, relacionadas ao ensino de LP. Para o grupo de discentes, procurou-se abordar a formação ofertada pelo curso de Letras do Campus do Malês.

Após isso, foi realizado um estudo dos documentos BNCC e PPC de Letras com o intuito de trazer argumentos que fundamenta-se a tese, assim como, apresentar pontos significativos destes documentos que afirmam que a teoria deve ser praticada.

Por fim, as respostas obtidas através dos questionários foram tabuladas e analisada, confrontando-as com o que foi obtido do estudo dos documentos. Desse confronto, surgiram algumas análises, considerações, dúvidas e reflexões que serão apresentadas no próximo capítulo.

4.3 AS ANÁLISES

4.3.1 Respostas dos estudantes

Foi realizada uma pesquisa com estudantes do curso de Letras do sexto, sétimo e oitavo semestres para compreender a opinião dxs estudantes em relação ao curso de Letras (Anexo 2). Nesta pesquisa, foram obtidas respostas de dezoito colaboradorxs (18), sendo oito (8) do oitavo semestre, dez (10) do sétimo semestre e seis (6) do sexto semestre, como é apresentado no gráfico a seguir (figura 1):

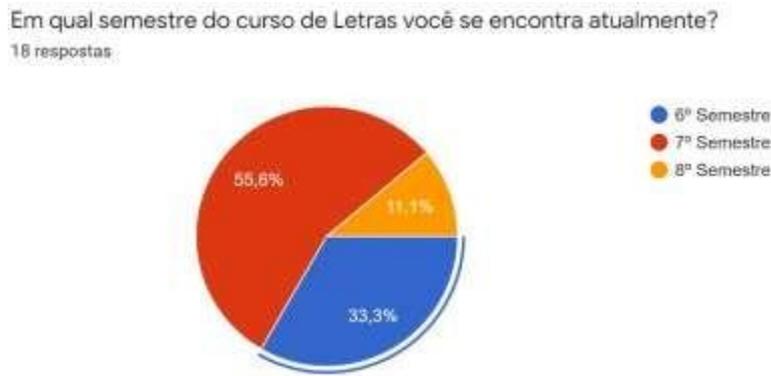


Figura 1- Fonte da autora

As entrevistas foram realizadas virtualmente, com perguntas de múltipla escolha e perguntas dissertativas, via Formulário do Google, sempre procurando indagar os conhecimentos dos alunos sobre as ME e como elas estão atreladas ao ensino de LP. O quadro mostra o numero pequeno de colaboradores para esta pesquisa, apesar de os alunos serem contatados, pelo orientador e pela coordenação do curso, demonstrando o desinteresse de muitos. Para além disso, foi indagado aos discentes se eles já teriam estudado sobre algumas das ME durante o curso e quais seriam as modalidades estudadas. As respostas a essa questão éapresentada no gráfico a seguir (Figura 2) :

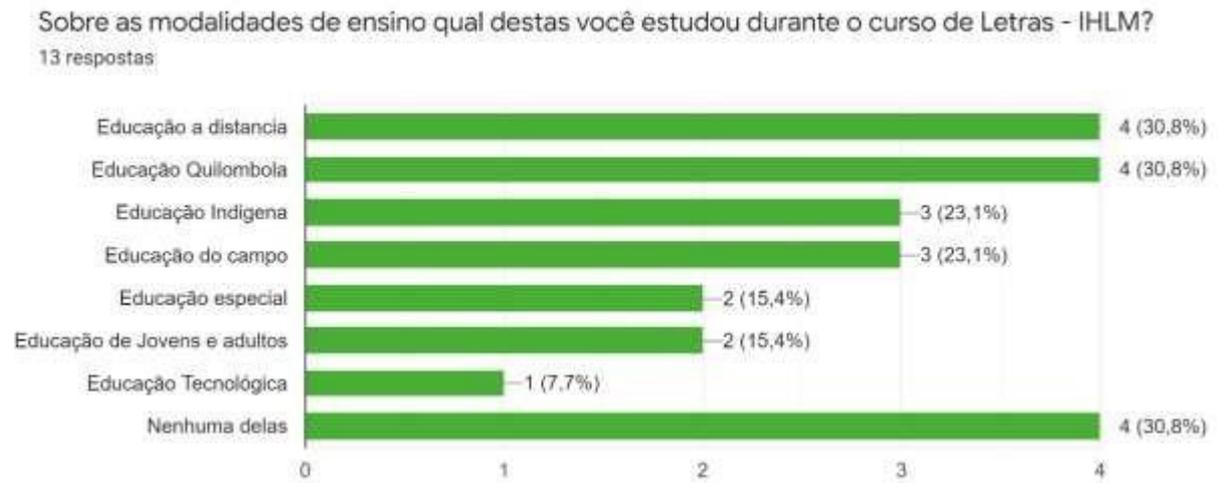


Figura 2 - Fonte da autora

É possível perceber, a partir dos dados apontados no gráfico acima, que existe uma presença maior dos estudos relativos à Educação a distância (EAD) e à educação quilombola, dentre as modalidades presentes na formação dxs entrevistadx. É possível que a presença da EAD tenha sido destacada pelxs entrevistadx por conta do período da pandemia em que o ensino tem sido feito de modo remoto, o que não caracterizaria exatamente um “estudo” da/para a modalidade. Com relação à educação quilombola, acredita-se que foi destacada pelo contexto em que o Campus dos Males está inserido, com vários e várias estudantes quilombolas, além das peculiaridades do próprio projeto da UNILAB. Entretanto, destaca-se que alguns destes entrevistados relataram que, durante o curso, não estudaram nenhuma das ME.

Diante a esta resposta, se faz necessário salientar que durante o curso de letras, algumas disciplinas tem procurado trazer as ME para a formação docente como por exemplo: Didática nos países da integração e Práticas de estágio I: Didática, políticas e Gestão educacional nos espaços lusófonos. Que buscam abordar, como deve ser a atuação docente e o que a BNCC trata sobre o assunto.

Esses discentes acreditam que o ensino das ME está atrelado ao ensino de LP e que um estudo básico sobre esta temática durante a sua formação inicial colaboraria para a sua atuação docente. Porém, é possível perceber que os discentes acreditam que o ensino de LP, diante dos objetivos específicos de cada ME, varia de acordo com a necessidade específica de cada modalidade, mas não sabem como se diferencia e quais seriam as necessidades de cada grupo como é mostrado no quadro a seguir:

Quadro 1⁴

QUESTÃO 13 - Qual o seu entendimento sobre a relação entre ensino de língua portuguesa e as modalidades de educação (aspectos metodológicos e abordagens linguísticas)?
Ambos se relacionam
Acredito que para cada modalidade, a língua portuguesa deve se adequar às necessidades do grupo.
Para cada modalidade de ensino, faz-se necessária uma metodologia específica, usando como exemplo; a educação indígena. O docente deverá ter uma abordagem diferente quanto ao ensino da língua portuguesa, atentar às dificuldades que podem surgir durante o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, por conta das diversidades linguísticas que os indígenas possuem.
Geralmente, ensino de língua envolve atividades que as modalidades não oferecem da mesma forma, sendo umas mais favoráveis que outras. Sabe-se que o ensino da língua portuguesa assim como de qualquer outra língua exige interação entre os alunos.
Seria necessário que o ensino da LP passasse por uma reformulação metodológica e curricular, pois a Língua Portuguesa deve ser ensinada de maneira harmônica e democrática respeitando os espaços sociais, as diversidades e realidades.
O profissional consegue atuar em diversas frentes. É preciso fugir da ideia que o curso de Letras é ensino de gramática.

No quadro acima, foi apresentada a resposta de seis entrevistados, os quais demonstram o entendimento dos entrevistados a respeito do problema apresentado. Em alguns momentos, é possível notar que alguns discentes abordam a temática de forma superficial, mostrando que existe uma necessidade de compreender mais sobre as ME, porém também é possível notar a relevância que os discentes dão ao processo de ensino-aprendizagem que valorize a realidade e necessidades dos seus futuros alunos. Ainda é possível perceber que, ao expor suas ideias, os entrevistados preocupam-se com a metodologia que deve ser utilizada. O quinto entrevistado cita que o curso deve passar por uma “reformulação metodológica”, se referindo ao fato de que as ME e outras questões que auxiliariam em sua atuação docente sejam revistas e/ou implementadas na grade curricular, procurando assim com que o curso não tenha abordagens técnicas.

Conforme Nérice (1978, p.284), a metodologia do ensino pode ser compreendida como um “conjunto de procedimentos didáticos, representados por seus métodos e técnicas de ensino” esse conjunto objetiva aprimorar o processo de ensino-aprendizagem de uma forma que o educador, quando esteja no momento “sala de aula”, saiba como lidar com o que está vivenciando. Cabe à formação inicial preparar o profissional para este momento, isso não cabe somente à formação continuada.

Na entrevista realizada, também foi perguntado a opinião sobre a contribuição da licenciatura, como é apresentado a seguir:

Quadro 2

QUESTÃO 14- Na sua opinião, qual a contribuição que os cursos de licenciatura, mais especificamente o curso de Letras - IHLM, podem/devem trazer para a atuação docente nas variadas modalidades de educação?
Acho que o os cursos de licenciatura, sobretudo o curso de letras desempenha um importante papel na formação docente e deve ser pioneiro na busca incansável por métodos e ferramentas de ensino.
Todos os componentes curriculares de alguma forma contribuirão na minha atuação como docente. O componente curricular Didática, aborda bastante como o futuro docente deverá se posicionar nas variadas modalidades.
Mesmo com a aula remota agora adotada pela pandemia, a contribuição para atuar em diferentes modalidades de educação dificilmente será a desejada. Porque a teoria deve se acompanhar sempre da prática e é quase impossível praticar muitas modalidades no curso da licenciatura.
Na formação de profissionais preocupados com os conhecimentos diversos dos alunos, respeitando as diversidades e diferenças. O docente precisa ser a diferente e inovador. Colaborando e auxiliando para o desenvolvimento do conhecimento político, crítico em prol das melhorias sociais.
Orientando o estudante para que ele possa pensar as necessidades de seus futuros alunos no planejamento e andamento de suas aulas.
Focar ainda mais no sistema de letramento de ensino ainda mais sustentável

As repostas dos entrevistadxs proporcionam o debate sobre a licenciatura, no sentido de capacitação do graduando para a docência nos níveis e modalidades de ensino. Uma formação que contemple a construção de saberes que estruture o indivíduo para a sua atuação, ou seja, que o prepare para o contexto educacional. Segundo Júnior (2017, p.59):

a licenciatura é momento crucial, pois pode conduzir à consistência teórica e à apropriação das técnicas e conhecimentos necessários para o exercício qualificado da educação das novas gerações, então, temos uma situação em que a formação continuada também perde seu potencial, uma vez que passa a ser concebida unicamente como momento de sanar os problemas que o professor enfrentou e não resolveu no curso de formação inicial.

Diante da explicação apresentada, é possível retornar ao que já foi comentado sobre a formação inicial, entendendo que esta precisa ser suporte básico para que o profissional da educação tenha uma formação que propicie conhecimentos sobre as ME, não deixando que isto ocorra só quando o profissional realize sua formação continuada. Nas respostas dxs entrevistadxs, é possível notar que os mesmos trazem palavras-chaves como: “licenciatura”, “formação docente”, “atuação docente”, em uma expectativa que seja o curso de Letras aquele que os preparem para esta atuação.

Além disso, os entrevistadxs comentam que alguns componentes curriculares abordam sobre as ME, mesmo de forma rápida, como por exemplo: Didática, os componentes de Estágio Supervisionado, a Sociolinguística e Políticas Linguísticas. Tais componentes foram apontados como exemplos de componentes que ajudam os discentes a obter conhecimentos sobre ME e como se qualificam para a sua atuação docente.

Para finalizar, será apresentada as respostas que xs entrevistadxs deram após serem indagados sobre sugestões para o Curso de Letras:

Quadro 3

QUESTÃO 9 - Qual sugestão você daria para melhorias no Curso de Letras do IHL?
A meu ver, o curso de Letras poderia ter alguns componentes optativos/eletivos do BIH, de maneira a possibilitar um aprofundamento no campo das humanidades. Nesse sentido,
entendo que o curso de Letras acaba estando muito mais distante do que poderia estar das discussões sobre política, gênero, raça, colonialismo, entre outras temáticas. Permitir que educandos cursassem alguns componentes do BIH, na minha opinião, contribuiria para a formação político-pedagógica e a elevação da consciência crítica dos discentes.
Mais matérias que focasse na docência.
Reforçar o ensino de libras, como também desenvolver projetos de inclusão para deficientes
O curso de letras é rico em informações e as metodologias utilizadas pelos docentes são as melhores, pois mesmo com poucos recursos os docentes o curso conseguem nos oferecer um ensino muito significativo para nossa formação e atuação.

Como foi exposto acima, xs estudantes acreditam que o curso traz contribuições para a sua formação inicial, porém acreditam que deva ser observada a relação professor-aluno, olhando para aquele que está sendo formado para lidar com pessoas, trazendo uma formação pautada em mais componentes que tratem sobre a docência, não deixando este papel como quase exclusividade dos componentes de Estágio Supervisionado.

4.3.2 Respostas dos professores

A pesquisa realizada (Anexo 1) possibilitou obter contribuições de professores de diversos níveis de ensino e áreas de conhecimento. Dentre xs entrevistadxs, o tempo de experiência mínima de atuação profissional é de três anos, havendo representatividade de profissionais nas diversas modalidades de educação. Logo de início, foi indagado sobre a modalidade de Educação na qual o/a entrevistado/a atua, o que é mostrado na figura a seguir:

Em qual modalidade de ensino o sr./a sr^a atua?
11 respostas

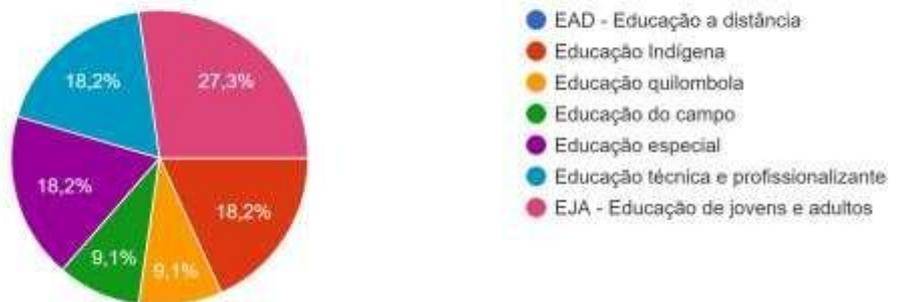


Figura 3 - fonte da autora

Diante do que é mostrado no gráfico acima, houve a colaboração de onze (11) professorxs, sendo que a maioria dxs colaboradorxs atuam na EJA, totalizando três (3) profissionais. Dois (2) profissionais atuam na educação técnica e profissionalizante, dois (2) em educação especial, um (1) em educação quilombola, um (1) na educação do campo e dois (2) na educação indígena. Nenhum dos entrevistados atua na educação a distância, o que impediu a coleta de dados sobre esta ME.

Estxs professorxs acreditam que o ensino de LP contribui para o desenvolvimento cognitivo e sociocultural dxs estudantes em cada modalidade, assim como, auxiliam no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos para as demais áreas de conhecimento. No entanto, segundo as respostas coletadas, esse ensino deve ser pautado no(s) sujeito(s) que estão envolvidos no processo de aprendizagem, de forma interdisciplinar. Diante disto, é possível notar que estes profissionais as ME devem atenderas demandas da população, promovendo a inclusão social.

Neste sentido, existe a necessidade de investigar qual a visão que estes educadores têm sobre a modalidade de ensino em que atua. As respostas destes profissionais são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 4

QUESTÃO 9 - Qual a sua visão sobre o objetivo central dessa modalidade, a importância, e as características/exigências dessa modalidade de ensino?
Atender a demanda emergencial de jovens e adultos de forma gratuita, levando em consideração os interesses, condições sociais, sobretudo a finalidade do retorno e continuidade dos estudos. É de fundamental importância essa modalidade, pois promove cidadania, além de ofertar a possibilidade de ingressar no ensino médio, ou em cursos profissionalizantes e ao nível superior. Esses jovens e adultos por motivos principalmente de trabalho não podem estudar pelo dia, e como desejam melhorar as condições de vida, procuram a escola e se matriculam para estudar a noite.
O objetivo é formação docente de públicos específico, são mais de 18 etnias indígenas de MT, por isso é uma formação diferenciada da que ocorre na forma "convencional" , está é uma formação em módulos, ela ocorre intercalando fases que são presenciais em sala e fases intermediárias (atividades nas comunidades) quando professores e professoras visitam os grupos em seus territórios afim de avaliar suas práticas educacionais em seus contextos. Infelizmente com a pademia essas estruturas foram modificadas, por isso não estão acontecendo assim, mas de forma "remota".
A importância é a inclusão do indivíduo na sociedade
Formação cidadã para a vida adulta e o mundo do trabalho.

Como é visto, no quadro acima, os educadores comentam sobre as ME, como modalidades de suma importância, para a formação cidadã, visando a inclusão do indivíduo em sociedade, em sua fase adulta, avaliando suas práticas educacionais. Procurando, ainda fazer o que é estabelecido pelos documentos, adotando ainda uma atuação reflexiva e crítica.

Buscou-se saber também sobre o entendimento de cada entrevistado sobre o ensino de língua portuguesa na modalidade de ensino em que atua. Foi possível notar que os professores veem o ensino da LP como fundamental e importante para a formação discente. Na visão do quinto entrevistado LP é uma disciplina fundamental que permite que os estudantes acessem o universo das múltiplas linguagens, aprendendo a dominá-las, posicionando-se com criticidade e exercendo sua função enquanto protagonista de sua história e cidadão proativo.

Ao ser questionado sobre o que seria relevante ser ensinado em relação ao componente

curricular Língua Portuguesa na modalidade de ensino em que atua, xs entrevistadxs trouxeram os comentários a seguir:

QUESTÃO 12 - Qual o seu entendimento sobre o ensino de língua portuguesa na modalidade de ensino em que atua?
A comunicação a partir da linguagem pr vida ser mais cuidadosa, visto que, nesta modalidade (EJA), alguns não disponibilizam de acesso a uma formação culta, logo, a linguagem chega de forma que as pessoas entendem, ainda que a pronúncia não seja adequada.
A língua portuguesa no contexto de formação docente indígena torna-se a língua comunicação entre professores alunos e vice-versa. Muitos acadêmico e acadêmicas indígenas entendem que quanto melhor souberem a língua portuguesa mais bem aceitos e relacionados serão no contexto fora né dentro de suas comunidades. Então há um esforço para se falar, ler e escrever "bem" na língua portuguesa. Porém retomo que no curso em que leciono as línguas Indígenas são sempre valorizadas ele respeitadas.
A Ensino da língua portuguesa do currículo quilombola do ensino do currículo do ensino de outra escola pública não se diferencia.
É uma disciplina fundamental que permitem que os estudantes acessem o universo das múltiplas linguagens, aprenda a dominá-las, posicionando-se com criticidade e exercendo sua função enquanto protagonista de sua história e cidadão proativo.

Os comentários acima permite perceber a preocupação dos educadores em oferecer um ensino de LP que faça sentido para os sujeitos envolvidos, assim como, se preocupam como ensinar a LP como língua materna ou segunda língua. Quando se trata da educação quilombola, o entrevistado menciona que não percebe diferenças entre o currículo quilombola e o currículo de outras escolas, o que foge do que as diretrizes estipulam, já que existe uma preocupação que para este público o ensino obtenha pontos positivos.

Estes educadores ainda mencionam sobre seus desafios, entre estes estão “garantira permanência dos educandos”, “ministrar aulas em LP (...) sendo que o domínio (...) de alguns indígenas ser mais baixo”, “materiais didáticos que não atendem a necessidade do quilombo”. Diante a estes problemas expostos, é possível lembrar que o profissional da educação sempre estará sujeito a desafios. Giovinazzo (2017, p.63)

comenta que:

O professor precisa ter conhecimentos e possuir destrezas que o habilite a ensinar seus alunos, precisa ser um gestor educacional, precisa ser um especialista nas ciências da educação, precisa também agir sobre os aspectos socioculturais que estão presentes na realidade da escola e que interferem em seu trabalho.

Logo, se faz possível perceber que o professor tem múltiplos papéis, para que seu agir docente funcione. Portanto, o educador pode criar durante sua carreira profissional experiências atreladas a conhecimentos adquiridos em sua formação inicial, a sua formação continuada e em sua jornada pedagógica. Porém, ainda se faz ressaltar que esta pesquisa procura viabilizar como o estudo básico das ME na formação inicial contribui diretamente para o futuro profissional da educação.

4.4 DOCUMENTOS ANALISADOS

Passamos agora a comentar um pouco sobre os documentos analisados nesta pesquisa tentando realizar uma análise relacionada com o que foi apresentado pelos discentes e docentes entrevistados. Diante disto, será apresentada uma análise da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), com enfoque nas informações presentes no documento que se refiram ao ensino de LP e às ME. Em seguida, analisaremos o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Letras – UNILAB/BA, enfocando a formação de docentes que irão lidar com o ensino fundamental, anos finais, e com o ensino médio, sendo capacitados para lecionar a LP como língua materna e segunda língua. Também será buscado um entendimento quanto ao PPC e as ME.

4.4.1 A BNCC

Após analisar a BNCC, é possível notar a sua expectativa com um ensino de LP que corresponda às práticas de linguagem, utilizando como ferramenta para isto o aperfeiçoamento das competências e habilidades que permitem ao indivíduo atuar criticamente na sociedade. A BNCC (2017, p. 7) é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Ao observar a Área de Linguagens, encontram-se

os conhecimentos de língua portuguesa, que têm como enfoque um ensino que procure contemplar “a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia (BNCC, 2017, p.70)”.

Neste sentido, existe uma formação discente que busca implementar em sua prática as diversas esferas de letramento, em materiais impressos e digitais, que contemplem as necessidades e expectativas do processo de ensino-aprendizagem, buscando ainda um ensino que esteja aliado á realidade do corpo estudantil, sendo significativo aos estudantes. A BNCC (2017, p. 15-16) relata que:

um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A BNCC visa regime de colaboração e, para que isto ocorra, o Estado brasileiro tem que exercer seu papel governamental e buscar uma correção quanto às desigualdades sociais. Portanto, segundo a BNCC (2017, p.21), também será revisada a “formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC”. Portanto, a atuação do governo federal “será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais.” (BNCC, 2017, p.21)

Diante disto, é possível perceber que a BNCC procura se preocupar também com a formação docente, alertando para os fatos sociais que afetam os trabalhos realizados pelos docentes em sala de aula. Consoante a isto, a BNCC, apresenta as ME visando atender às diretrizes curriculares, observando as realidades local, social, ética, moral e afetiva. Dentro dessa preocupação, a educação indígena é um exemplo que a BNCC (2017, p.71) apresenta, pois, atualmente, “muitos representantes de comunidades de falantes de diferentes línguas, especialistas e pesquisadores vêm demandando o reconhecimento de direitos linguísticos. (p.71)”. Neste sentido, a BNCC (2017, p.17) procura:

assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares.

Logo, é possível perceber que a BNCC se preocupa com o ensino de LP como língua materna, assim como, segunda língua, tendo em vista um ensino que promova a preservação linguística e cultural. Ademais, a BNCC não fala explicitamente das outras ME, porém a BNCC (2017, p.368) comenta sobre a sua preocupação com que:

Os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos.

A BNCC (2017, p. 477) refere-se a:

Linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

Infelizmente, é possível notar que a BNCC não faz comentário explícitos sobre cada ME, assim como estas modalidades podem estar ligadas a cada área de conhecimento. Neste sentido, a BNCC acaba falhando em não se atentar a cada ME, falando sobre suas especificidades, tornando-se um documento comprometido com as ME.

4.4.2 O PCC do Curso de Letras

De acordo com o documento (PPC LETRAS MALÊS, 2006, p.13), o curso procura oferecer um desenvolvimento “que esteja em consonância com os avanços da área de Linguística e de Literatura e que contribua para a formação de profissionais críticos e reflexivos” assim como trabalhar a “carência de profissionais qualificados para exercer atividades docentes no ensino básico.” Segundo o PPC (2006, p.13), o curso ainda “consiste na formação de profissionais de língua portuguesa sensíveis ao ensino de português como língua materna/ adicional”.

Diante disso, é reforçado a necessidade do formado em Letras, estudar as modalidades

de educação existentes, ainda que em abordagens básicas, já que quando se trata, por exemplo, da educação indígena, da educação quilombola e da educação do campo, o educador lidará com a LP como língua materna e também, possivelmente, como língua adicional, assim como com o ensino bilíngue. Esta formação deve ser vista como prioritária, já que o PPC (2006, p.14) ainda informa que existe “haver carência de profissionais com formação específica para ensinar português a falantes de línguas minoritárias no Brasil.”

Isso me possibilita chamar a atenção para o fato do curso de Letras da UNILAB/Ba. desde o semestre de 2017.1 até o semestre de 2020.1, a disciplina intitulada “Introdução a Línguas Indígenas Brasileiras”, que se encontra no quadro de disciplinas optativas, foi ofertada apenas uma vez durante os quatro anos em que estive no curso. É necessário que sejam levantadas algumas reflexões sobre essa questão: Será que há uma questão de falta de profissionais capacitados para ministrar esta disciplina? Ou uma reafirmação que as línguas brasileiras minoritárias se encontram em segundo plano, mesmo que, a todo momento, se debata questões educacionais e de políticas linguísticas? Essas são questões a serem refletidas não somente pelo/pela leitora, mas pelos/pelas docentes e discentes envolvidos/as no curso.

Esse problema apontado vai além do caso desta disciplina específica, já que o PPC (p.14) menciona que:

É evidente a necessidade de ensino de português como língua adicional para brasileiros cuja língua materna é, por exemplo, uma língua indígena, uma língua de imigração ou a língua brasileira de sinais (Libras), assim como para africanos e timorenses que possuem outras línguas maternas. É com base nessas evidências que acreditamos que a oferta do curso de licenciatura em Letras-Língua Portuguesa qualificará professores para atendimento às diferentes demandas aqui identificadas.

Diante a isto, é apresentada uma nova indagação: O curso de Letras está oferecendo qualificação para as diferentes demandas? Ou é um curso formado em expectativas? É possível perceber que o curso vem atingindo diversos objetivos que são apresentados em seu PCC, principalmente quando se trata em capacitar professores que estejam aptos para lecionar Língua portuguesa como língua estrangeira e Língua portuguesa como língua adicional. No entanto, também é possível notar que o curso carece de profissionais que estejam habilitados para lecionar disciplinas importante aos discentes, assim como que sejam ofertadas mais disciplinas optativas, pois o curso tem um quadro vastos, mas se limita em ofertá-las, sendo comum que em vários semestres ser ofertada as mesmas disciplinas optativas.

Portanto, o PCC de Letras procura apresentar seus objetivos e apresentar os discentes envolvidos na oferta das disciplinas, assim como apresentar objetivo de cada disciplina e quais são as referências que serão utilizadas para elucidar esta oferta. É preciso expor que é um curso que se apresenta diante a diversas barreiras, mas que se empenha para oferecer o seu melhor aos discentes. Porém, para que esta formação inicial possa alcançar o objetivo do curso é preciso que algumas disciplinas, ditas optativas, passem a ser ofertadas, e algumas disciplinas consideradas equivalentes ao curso de letras tenham vagas reservadas para os discentes. São ponderações difíceis, mas não impossíveis de serem ofertadas, mas cabe ao corpo estudantil cobrar do seu corpo docente estas ofertas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o curso de Letras – língua portuguesa da UNILAB/Malês traz inúmeras contribuições na formação inicial do professor, oferecendo ao futuro professor um engajamento político e uma ideia de reflexão sobre o momento de sala de aula e sobre a sua atuação docente. Para entender melhor como essas questões estão presentes na formação dos professores e professoras neste curso, o presente Trabalho de Conclusão de Curso procurou se aprofundar no contexto do Curso, em seu aparato documental, ouvir estudantes e professores e estudar documentos que melhor pudessem contribuir para uma discussão mais apropriada.

Com a análise de documentos norteadores da organização do ensino no Curso de Letras, como o PPC, a BNCC e o PNE foram encontradas algumas lacunas na proposta formativa ofertada pelo Curso, às quais merecem um trabalho crítico e possíveis reformulações. Segundo Freire (1993, p. 31) “o direito de criticar e o dever, ao criticar, de não faltar à verdade para apoiar nossa crítica é um imperativo ético importante no processo de aprendizagem”.

Diante disto, está sendo levantada críticas aos documentos norteadores do curso, para que se traga um novo olhar para a grade curricular deste curso, podendo oferecer aos graduandos conhecimentos que se farão presentes em sua atuação docente.

A análise de dados coletados com as entrevistas realizadas mostrou que há um interesse dos alunos em conhecer mais sobre as modalidades de Educação, com ênfase no estudo de Libras e do ensino bilíngue. É possível notar através das respostas dos professores que existem questões institucionais que afetam (in)diretamente este processo, mas é possível perceber que há um desejo de adotar um processo de ensino-aprendizagem voltado para o letramento político. Ainda, existe a necessidade de respeitar o que é protocolado pela BNCC e pelo PPC, o que acaba se tornando um desafio neste processo.

Foi possível observar durante a pesquisa que o Curso de Letras – Língua Portuguesa não é voltado para o ensino da gramática normativa, fazendo com que a língua se torne significativa, sendo um objeto de interação social. Isso favorece uma formação mais humanitária, visando quais valores devem ser considerados no processo de ensino-aprendizagem. Isso aponta para uma preocupação com uma docência que perceba a língua como parte integrante do contexto social de todas e todos nós, o que facilita o trabalho dentro do ensino de língua nas diversas modalidades de Educação.

Espera-se que essas reflexões venham a colaborar com o processo de formação inicial

do professor de língua portuguesa ofertado pelo Curso de Letras da UNILAB/BA, Campus dos Malês. Entendemos que todo processo educacional é um objeto em constante construção, precisando de frequentes revisões e adequações de acordo com as necessidades sociais de cada tempo. Entretanto, a vontade política docente, seu papel político no exercício profissional, é uma tarefa permanente que deve visar às transformações sociais necessárias. Em nome desse compromisso, o presente TCC procurou trazer suas contribuições para decisões, caminhos e prioridades que o Curso de Letras e a UNILAB possam continuar seu trabalho dentro dessas prioridades.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BONINI, Adair ; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. O contexto e Produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) : cenas dos bastidores. In: COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição; KRAEMER , Marcia Adriana Dias (org.). **Uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular: compreensões subjacentes**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. P. 17 a 39.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação - MEC, dezembro de 2017.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação – MEC, junho de 2014.
- FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREITAS, James Deam Amaral. Aula de Língua Portuguesa - (re) descobrindo trajetões e desvios. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 903-923, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820156966> Acesso em: 08 Ago 2021.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos da pesquisa**. Rio Grande do Sul: Ufgrs, 2009. 120 p.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 176 p.
- GIOVINAZZO JUNIOR, Carlos Antônio. A formação profissional nos cursos de licenciatura e o exercício do magistério na educação básica: intenções, realizações e ambiguidades. **Educar em Revista**, Curitiba, v., n. 1, p. 51-68, jun. 2017.
- GRUPIONI, Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Mec/Unesco, 2006. 230 p.
- NÉRICE, I. G. Didática geral dinâmica. 10 ed., São Paulo: Atlas, 1987
- NOVAES, Tatiani Daiana de. O ensino de Língua Portuguesa na Educação Profissional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO -EDUCERE,10º., 2011, Paraná. **I Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação- SIRSSE**. Paraná: Pucpr, 2011. p. 7631-7644.
- PIATTI, Celia Beatris. Pedagogia da Alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. Boletim Gepep, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 48-64, dez. 2014.
- ROSSI, João Carlos; SOUZA, Andreia Cristina de. Concepções da Linguagem na Base Nacional Comum Curricular: Reflexões para o ensino de Língua Portuguesa. In: COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição; KRAEMER, Marcia Adriana Dias

(org.). **Uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular** : compreensões subjacentes. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019p.69-94.

SANTOS, Jailma Oliveira dos. O PAPEL SOCIAL DO ENSINO LÍNGUA PORTUGUESA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 2º., 2015, Paraíba. **Anais II**. Campina Grande: Realize, 2015. p. 1-12.

SANTOS, Jaciara de Oliveira Sant´anna; OLIVEIRA, Gilma Benjoi; SANTOS, Marcolino Sampaio dos. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BRUMADO -BA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO -EDUCERE, 13., 2017, Curitiba. **Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação**. Curitiba: Pucpr, 2017. p. 4819-4832.

SENA, O. O estranho poder das palavras. In: _____. **Palavra, poder e ensino delíngua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999, p. 5 – 27.

SEVERO, Cristine Gorski 57., 2013, Florianópolis. **POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S) E QUESTÕES DE PODER**. Santa Catarina: Alfa, 2013.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. **Letramentos em Jovens e Adultos com Deficiência Mental**. 2006. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Especial, Universidade de São Paulo Faculdade de Educação, São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da; OLIVEIRA, Irlene Santos de. A Dimensão Sociopolítica do Professor de Língua Portuguesa em São Francisco do Conde- BA. **Estudos IAT**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 54-69, out. 2020.

SOARES, Edimara Gonçalves. Educação escolar quilombola: reafirmação de uma política afirmativa. In: Reunião científica regional da ANPED, 16º, 2016, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Anped Sul, 2016. p. 1-13

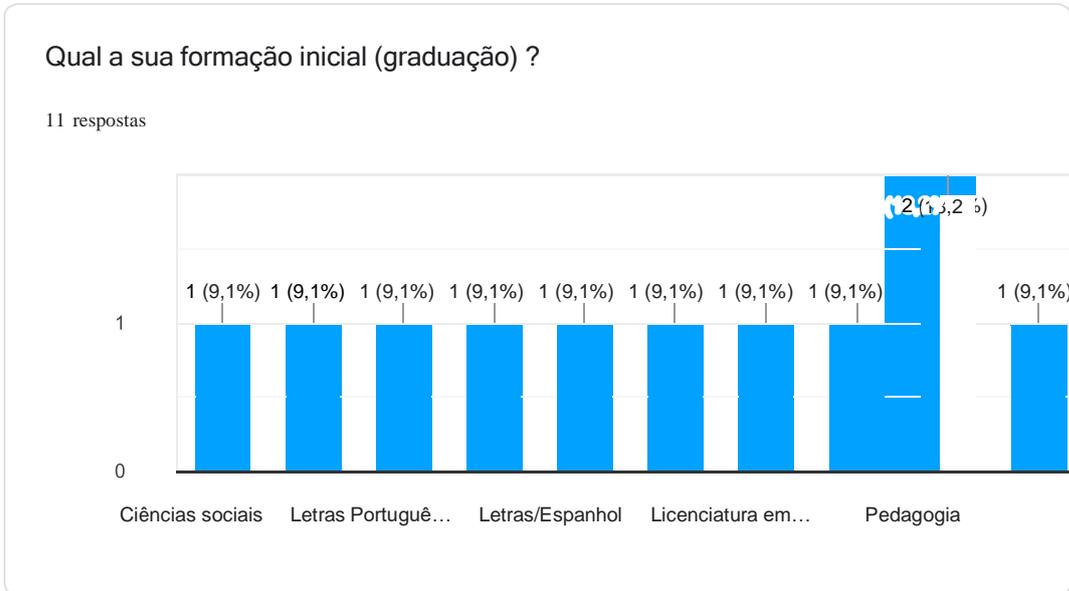
SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: Políticas, Práticas pedagógicas e Produção Científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, dez. 2008.

UNILAB. Projeto Pedagógico do curso. Bahia, campus dos Malês, setembro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Questão 1



2- Quanto tempo de atuação docente?

- 3 anos
- Aproximadamente 20 anos
- 27 anos
- 14 anos
- 17 anos
- 29 anos
- 11 anos
- 34 anos
- 9 anos
- 12 anos
- 7 anos

3- Qual o seu entendimento sobre modalidade de ensino?

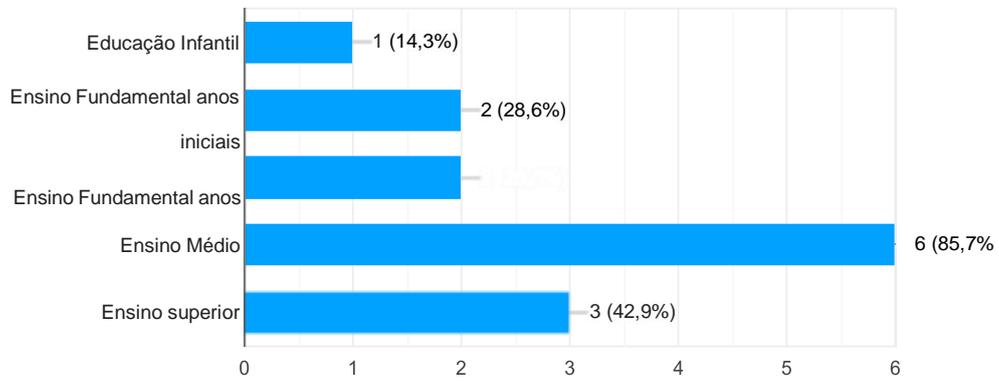
- É uma forma de educação que promove inclusão social, levando em consideração as peculiaridades e necessidades de cada grupo, visando garantir o acesso a educação

formal. Seja no ensino fundamental ou médio, todos aqueles que por algum motivo não tiveram em tempo oportuno.

- Modalidade de ensino, são os tipos de ensino para atender as demandas da população. Aqui no Brasil as modalidades estão regidas pela LDB. Sob a competência do Município (Ensino Fundamental 1- 1o ao 5o ano e Ed. Infantil), do Estado (Ensino Médio e o Fund. 2 - 6o a 9o. ano) e da União o Ensino Superior. Também temos aqui no Brasil outras modalidades de Ensino: Ed. Indígena, Ed. Quilombola, EJA, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, EAD
- Penso que seja a forma que é dividida a Educação para atender a cada público.
- Bom, ela tem seus altos e baixos, pois por um lado mostrou a importância de conhecermos a manjar um aparelho eletrônico (celular, notebook) e em contrapartida perdeu-se o contato com as pessoas no ensino presencial
- De acordo com a LDB em nosso país existem a educação básica que vai da educação infantil ao ensino médio e a educação superior.
- Tenho dois entendimentos: o nível e o tipo de ensino (ensino fundamental, médio, etc); a forma como esse ensino é conduzido (presencial, a distância, híbrida, etc).
- Creio que minha resposta é mais pelo termo modalidade, em geral há separações em áreas, grupos, tipos, classes, modalidades, disciplinas, habilidades, etc... Na busca de determinar as diferenças e separação das coisas, seres em geral. A ideia é de que cada modalidade no caso da educação, seja responsável por atuações, métodos, conteúdos, práticas, etc...que estejam de acordo com "fase cognitiva" ou humana, umas para desenvolvimento motor, das "habilidades" e competências: alfabetização, formação humanística, artes, mercado trabalho, etc. Por isso entende-se que cada modalidade tenha-se seus métodos, teorias...
- acredito que há uma diferença entre níveis - educação básica e superior - e modalidades de ensino, ou seja, abordagens dadas ao ensino, como educação presencial, educação a distância, educação de jovens e adultos, educação indígenas, educação quilombola, etc.
- Formas/ meios pela quais a educação chega até o sujeito.
- As modalidades de ensino possibilita aplicação de conteúdos correspondente para cada faixa etária e níveis.
- Uma Educação participativa

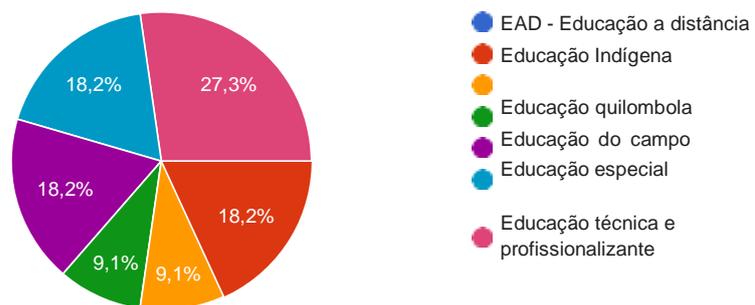
Questão 4

Quais destas modalidades o Sr./ a Sr9. atua?



Questão 5

Em qual modalidade de ensino o sr./a sr9 atua?



6-Tem/teve formação específica para atuar nesta modalidade de ensino? Qual formação?

- A formação inicial que fiz foi o magistério, no qual tinha os estágios preparatórios para profissão, visto que o professor formado em magistério tem as competências básicas para assumir qualquer turma de ensino fundamental 1. Depois ingressei na faculdade de Pedagogia e logo após na especialização de Psicopedagogia.
- Atua na Educação Superior com disciplina de Educação Quilombola , que desenvolvi a partir de pesquisas, e vivencias . Academicamente por meio de pesquisas da etnomatemática na cultura quilombola . Na ativismo social por vivencias ha mais de 15 anos .
- Fiz especialização na EJA e Mestrado Profissional Educação de Jovens e Adultos
- Sim
- Sim. Cursos de formação continuada.
- Sim, formação continuada..
- Tenho realizado pesquisas na área de literatura indígena brasileira, talvez esse fator tenha me aproximado mais desta campo de atuação docente desde 2019 no curso bde licenciatura indígena intercultural da UNEMAT
- tive quando já na instituição em que atuo - no IFSC
- Não
- Licenciatura Intercultural indígena
- Intérprete de LIBRAS

7 - Quanto tempo de atuação especificamente nesta modalidade de ensino?

- 7 anos, sendo três anos como docente e quatro anos atuando como pedagoga.
- Academicamente por meio de pesquisas da etnomatemática na cultura quilombola haaproximadamente 10 anos . Na ativismo social por vivencias ha mais de 20 anos .
- 21 anos
- 11
- 13 anos
- 7 anos
- A partir de 2019. 2 anos
- 12 anos
- 18 meses
- 6 anos
- 7 anos

8. Qual a sua visão sobre o objetivo central dessa modalidade, a importância, e as características/exigências dessa modalidade de ensino?

- Atender a demanda emergencial de jovens e adultos de forma gratuita , levando em consideração os interesses , condições sociais, sobretudo a finalidade do retorno e continuidade dos estudos. É de fundamental importância essa modalidade, pois promove cidadania, além de ofertar a possibilidade de ingressar no ensino medio, ou em cursos profissionalizantes e ao nível superior. Esses jovens e adultos por motivos principalmente de trabalho não podem estudar pelo dia, e como desejam melhorar as condições de vida , procuram a escola e se matriculam para estudar a noite.
- O objetivo central dessa modalidade esta em preservar as dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais significativas dos Territorios Quilombolas , com particularidades no contexto geográfico e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem.
- A relevância se da pois os territórios quilombolas possuem dimensões educacionais específicos e culturalmente significativo . Conforme define as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educacao Basica , homologada pela resolução CNE 08 de 2012.
- Essa diretriz nasce da luta dos Movimentos Sociais em especifico o Movimento Negro e o Movimento Quilombola , tendo em vista diretrizes que orientem os sistemas de ensino a valorizar os saberes , as tradições, e o patrimônio Cultural das Comunidades .
- Essa modalidade requer pedagogia própria , respeitando a cultura local.
- Eu vejo que a EJA é uma modalidade que termina sendo perigosa porque ela é para as pessoas acima de 15 anos que nunca foram a escola e que às vezes já foram e dela foi excluída. É preciso ter propostas e não pode ser só professor tem que ser educador.
- De tudo um pouco nos aprendemos mesmo porque a pessoa que se propõem entrar nessa caminhada vai perceber muitas mudanças com o passar do tempo, por isso é pedido a cada dia a formação dentro do objetivo proposto.
- Como qualquer modalidade de ensino exige-se a formacao inicial que é a graduação ao qual te credencia e habilita e as demais formações: especialização lato sensu e stricto sensu e demais formacoes continuadas que ajudam a aprimorar nossa pratica docente.
- Formação cidadã para a vida adulta e o mundo do trabalho.
- O objetivo é formação docente de públicos específico, são mais de 18 etnias indígenas de MT, por isso é uma formação diferenciada da que ocorre na forma "convencional" ,está é uma formação em módulos, ela ocorre intercalando fases que são presenciais em sala e fases intermediárias (atividades nas comunidades) quando professores e professoras visitam os grupos em seus territórios afim de avaliar suas práticas educacionais em seus contextos. Infelizmente com a pademia essas estruturas foram modificadas, por isso não estão acontecendo assim, mas de forma "remota".
- objetivo central - atuar na qualificação profissional inicial e continuada de pessoas,

em diferentes níveis de ensino, com foco na sua inserção no mundo do trabalho e seu empoderamento como sujeitos de direitos e cidadãos. acredito que a formação profissional técnica e tecnológica precisa se assentar no tripé ensino, pesquisa aplicada e extensão, deve estar atrelada a arranjos produtivos locais e com eles em diálogo constante. Ela é fundamental para a constituição dos sujeitos, uma vez que o trabalho é uma categoria que permeia a vida de todos e todas nós. Ainda, compreendo que precisamos superar a lógica bacharelada da educação brasileira que valoriza de forma diferente o ensino técnico e tecnológico e os bacharelados, pensando mesmo a sustentabilidade de uma política de desenvolvimento econômico e social para o país. Atuar nessa modalidade de ensino exige essa percepção, assim como exige a percepção exata de que não damos treinamentos, atuamos na transformação de sujeitos

- no sentido a isso dado por Freire. Logo, é imprescindível que nossos professores superem abordagens tecnicistas e se alinhem a uma formação histórico-crítica.

- Importante a inclusão e o acesso a escola das pessoas que por algum motivo não puderam acessar a escola em idade direcionada.
- É importante na construção dos saberes da grade regular quanto nas especificidades que a modalidade abrange.
- A importância é a inclusão do indivíduo na sociedade

9- Quais os desafios enfrentados na atuação docente nesta modalidade?

- Garantir a permanência dos educandos, esse foi e sempre será um grande desafio para os profissionais que atuam. A evasão é um dos problemas mais antigos dessa modalidade de ensino. Outro problema é a falta de recursos didáticos que realmente sejam adequados a realidade/necessidade/características do grupo, a começar pelos livros didáticos. Falta o incentivo de projetos que estimulem a aprendizagem, levando para além do ensino tradicional, EJA é movimento, é ação, é interação, ficar todo tempo sentado e escrevendo pode desestimular o educando, a começar pelo sono e cansaço do cotidiano que enfrentam.
- Um dos grandes desafios se instala na formação do quadro docente e nos materiais didáticos que devem ser oferecidos tanto nas escolas dentro dos quilombos quanto nas que estão fora, mas atendem estudantes das comunidades fora dos territórios de origem.
- Justamente a falta de formação específica, a falta de uma proposta curricular para que os professores compreendam o trabalho com essa modalidade e garantam o direito de aprendizagem.
- A falta de apoio
- Os desafios enfrentados pelos docentes tem várias origens com problemas com infraestrutura escolar, falta de equipamentos necessários ao processo formativo, baixa remuneração e problemas de questões organizacionais e disciplinares etc. Mas creio que o grande desafio docente é o de realizar seu trabalho superando todas essas questões com o pouco ou nada que lhes é oferecido em sua missão árdua de formar indivíduos.
- Conseguir trabalhar de forma interdisciplinar com as áreas técnicas.
- Os desafios são muitos, ainda mais no contexto pandêmico. Mas irei relatar algumas

dificuldades minhas. Como se trata de um público diferente do "convencional", ou seja, na graduação em que atuo com mais frequência, os e as acadêmicos (as) indígenas apresentam outros ritmos e perspectivas de pensamentos e realizações das atividades. O que te faz repensar sempre nas atividades e conteúdos... Outra dificuldade no processo são as línguas, ou seja, as aulas são ministradas em língua portuguesa, o que torna o canal de comunicação mais moroso, devido ao domínio de leitura, escrita e fala por parte de alguns indígenas ser mais baixo. Ressalto que há uma valorização das línguas indígenas para as atividades e preparação de materiais. A todo momento estamos fazendo adaptações de "métodos", conteúdos, propondo interculturalidade entre povos e línguas.

- Muitos colegas não possuem licenciatura e têm uma visão por vezes complexa do que nos cabe; a lógica bacharelesca instituída na sociedade valoriza de forma mais positiva cursos superiores do que cursos técnicos; as licenciaturas não preparam e não discutem com professores em formação o trabalho na educação profissional; cursos de mestrado e doutorado frequentemente também vêm profissionais da educação técnica e tecnológica como "menores" ou com menos potencial na pesquisa do que profissionais da carreira de magistério superior; profissionais dessa modalidade dão aula para níveis de ensino e cursos muito diversos (isso é muito positivo por um lado, mas significa um grande desafio por outro); profissionais da carreira EBTT são mais suscetíveis a medidas do Governo Federal, sobretudo no contexto na implantação do Novo Ensino Médio.
- Acessibilidade, disposição etc.
- Deficiência no que diz respeito aos recursos didáticos específicos para modalidade educação escolar indígena
- A falta de apoio dos Gestores e material pedagógico

10- Quais avanços/sucessos/aprendizagens foram adquiridos desde quando iniciou sua atuação nesta modalidade de ensino?

- Apreendi muito sobre alfabetização com o método de Paulo Freire, também já apliquei em outras práticas docentes com grupos de educandos da educação fundamental 1. Apreendi com os educandos da EJA olhar pelo olhar deles, isso me proporcionou experiências maravilhosas, experiências de vidas e amizades que tenho até hoje! Sobretudo, a consciência de que nada sei, mas sempre busco aprender. Estamos sempre em processo de evolução.
- Entre outras as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, homologadas pela resolução CNE 08 de 2012.
- Um grande avanço foi a construção da proposta curricular aqui no meu município.
- Um avanço foi a participação da família em conhecer o lado docente do professor
- Ampliação de conhecimentos adquiridos em formações em geral, e nas trocas de experiências e vivências compartilhadas com os colegas e ressignificação da prática docente.
- Melhor percepção da necessidade de adequação do currículo à realidade da formação profissionalizante que se pretende.

- Reconhecimento de outros saberes, formas de ensinar e aprender. Respeito as pluralidades.
- Particularmente, acredito que aprendemos muito nos últimos anos, desde a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sobretudo, aprendemos sobre a nossa especificidade e escopo de atuação, mas também sobre pressupostos teórico e metodológicos atrelados a essa modalidade de ensino e sobre o dialogo necessário com arranjos socioculturais e produtivos, sobre as características de projetos de extensão desenvolvidos juntos com esses arranjos, sobre tecnologias sociais, entre outras questões.
- Aprendi a ouvi mais, já que eles também tem muito a ensinar.
- Aprimoração da prática docente bem como o fortalecimento cultural dos nossos alunose comunidade escolar.
- Conseguimos incluir pessoas Surdas nós espaços

11 - Qual o seu entendimento sobre o ensino de língua portuguesa na modalidade de ensino em que atua?

- Língua portuguesa é uma das bases fundamentais para as demais habilidades que serão exigidas para as outras áreas do saber. O educando precisa saber ler bem, interpretar , se comunicar com clareza e escrever, sem essas habilidades torna -se difícil compreender os conteúdos.
- A Ensino da língua portuguesa do currículo quilombola do ensino do currículo do ensino de outra escola publica não se diferencia .
- Penso que deve considerar os seus saberes, respeitando a cultura, a forma como eles utilizam a linguagem do dia a dia. Entretanto, a mediação do professor é essencial para apresentar o que a sociedade exige.
- Estamos falando de uma língua. Essa modalidade é muito importante para o caminhar da cultura
- É uma disciplina fundamental que permitem que os estudantes acessem o universo das múltiplas linguagens, aprenda a dominá-las, posicionando-se com criticidade e exercendo sua função enquanto protagonista de sua história e cidadão proativo.
- Instrumento fundamental na expressão oral e escrita dos estudantes e no entendimento de mundo.
- A língua portuguesa no contexto de formação docente indígena torna-se a língua comunicação entre professores alunos e vice-versa. Muitos acadêmico e acadêmicas indígenas entendem que quanto melhor souberem a língua portuguesa mais bem aceitos relacionados serão no contexto fora né dentro de suas comunidades. Então há um esforço para se falar, eller e escrever "bem" na língua portuguesa. Porém retomo que no curso em que leciono as línguas Indígenas são sempre valorizadas e respeitadas.
- Apesar das características fortemente atreladas à atuação no mundo do trabalho, pesquisa e extensão quando se pensa cursos técnicos, superiores e de pós-graduação (algo semelhante a uma abordagem mais instrumental), não se pode perder de vista a

necessidade de possibilitar aos sujeitos ao se pensar o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, transitar pelas diferentes esferas da atividade humana - sobretudo a esfera do trabalho - , mas também a esfera literária, da arte, da vida cotidiana etc. Importante também trazer à discussão o trabalho que fazemos na formação continuada de professores de língua portuguesa - que visa à formação em questões bastante específicas, como, por exemplo, o ensino de LP como L2 e como língua de acolhimento, entre uma diversidade de outras temáticas sob escopo dessas formações. Ainda, precisamos pensar a formação em cursos de línguas, a própria Língua Portuguesa como Língua de acolhimento.

- A comunicação a partir da linguagem precisa ser mais cuidadosa, visto que, nesta modalidade, alguns não disponibilizam de acesso a uma formação culta, logo, a linguagem chega de forma que as pessoas entendem, ainda que a pronúncia não seja adequada.
- Considero importante haja vista termos perdido a língua ancestral, embora tenhamos a iniciativa de implementar a língua na disciplina de língua portuguesa
- Bom

12 - Na sua visão, o que seria relevante ser ensinado em relação ao componente curricular Língua Portuguesa na modalidade de ensino em que atua? Por quê?

- O mapa conceitual de língua portuguesa da EJA contempla vários conteúdos essenciais para o processo de alfabetização , que são trabalhados todos os dias e também de forma interdisciplinar. Na Linguagem oral conteúdos sobre linguagem verbal e não verbal, leitura imagética, estratégias de leitura, interpretação de textos , debates dentre outros; na linguagem escrita: estudos de textos com interpretação, gramática e ortografia, classes gramaticais das palavras, tipologias textuais, função social da escrita, produção textual e outros.
- Relevante ensinar a pluralidade linguística , a necessidade de não ser língua portuguesa e sim línguas dando ênfase as línguas locais caso existam, acrescer as línguas indígenas , línguas de algumas etnias africanas e se possível levantamento da formação dos povos que fundaram esse território e incluir as línguas oriundas ... pois há comunidades com Língua local a exemplo de Cafundó em São Paulo , entre outras que não tenho acesso.
- Ensinar os gêneros textuais para que conheçam pois eles têm acesso mesmo desconhecendo suas funções. Os alunos da EJA gostam muito de letras de músicas, contos e textos autobiográficos.
- As diversas formas de se fazer uma boa redação, pois assim todos iriam seguir no mesmo passo de aprendizagem
- Tudo que é relevante já é ensinado o que precisa ser modificado é a forma de encarar e trabalhar cada conteúdo considerando as especificidades de cada escola e grupo de estudante.

- Compreensão e Produção de diferentes gêneros textuais, fundamentalmente. Ampliação para identificação e produção de gêneros textuais próprios da formação profissionalizante. Variedade linguística, coesão, coerência, objetividade textual. Porque são conhecimentos essenciais para uma boa compreensão e produção textual.
- Eu acredito que o relevante a ser ensinado está mais na perspectiva ideológica. Saber a língua portuguesa ou obter domínio básico, intermediário, avançado não deve ser mais importante do que ter conhecimentos e usos das línguas Indígenas.
- Depende do curso. Nos institutos federais temos todo o leque de oferta que apontei acima, portanto estamos falando, por exemplo, nos cursos integrados, do trabalho com a literatura em língua portuguesa, mas também com o trabalho com uma variedade de gêneros (desde a esfera cotidiana até a esfera científica e do trabalho) e a adequação dos textos a esses gêneros. Já se estivermos falando de cursos superiores e cursos técnicos concomitantes e subsequentes, podemos pensar numa abordagem mais instrumental, voltada à particularidade desses cursos. Nas pós-graduações, depende muito do foco - temos, por exemplo, curso de pós-graduação na área de línguas, a abordagem vai depender, nesse caso, do curso oferecido. Idem para cursos de línguas ou cursos de formação inicial e continuada, sobretudo se dedicados a professores.
- Formação das palavras, uso de alguns fonemas.
- Ser incluído a língua ancestral
- Materiais que tivesse haver com a comunidade do indivíduo

13- Em termos de Objetivos, o que considera importante quanto ao ensino de línguaportuguesa na modalidade em que atua?

- Um dos mais relevantes é o uso adequado das normas cultas ,para a boa comunicação oral e escrita.
- Estudar as diversas linguagens da formação dos povos brasileiros em específico dos que os mestres dos saberes locais apontam ter descendido.
- Ler textos de gêneros comuns ao cotidiano e que tratem de assuntos relacionados com a vida prática, usar a escrita para a organização de questões práticas da vida.
- O ensino em sua totalidade já se faz como objetivo
- Tornar o processo de ensino aprendizagem mais exitoso contemplando todos os discentes.
- Ser capaz de compreender diferentes gêneros e de se apropriar de elementos para a boa produção textual.
- Considero importante o uso da língua portuguesa como língua de comunicação, pois como no processo de ensino temos falantes de várias línguas Indígenas e a maioria dos professores tem a língua portuguesa como língua materna. Por isso seria difícil e complicado eleger uma língua indígena para tal.
- Também depende do curso, mas, em linhas gerais, pensamos o empoderamento do sujeito na língua e pela língua, para que possa transitar de forma consciente e

consequente em todas as esferas da atividade humana de forma proficiente. Cabe aqui a percepção de adequação da língua à interação - mote principal do trabalho que fazemos.

- Identificar o nome deles; saber quanto pode ser usado numa receita (ler as quantidades).
- Inclusão dos contos e histórias indígenas afim de dinamizar as aulas.
- Sim. Textos que podesse ser de forma coerente a comunidade do aluno

14 - Em termos de Metodologias, o que considera importante quanto ao ensino de língua portuguesa na modalidade em que atua?

- O educador pode utilizar várias técnicas que estejam adequadas a realidade de sua turma, a partir do conhecimento prévio e de acontecimentos do cotidiano, fazer o levantamento daquilo que querem aprender e/ou tem curiosidade de conhecer, a partir disso elaborar as aulas dinâmicas com vídeos, filmes, jogos, leituras variadas etc.
- Metodologia grupo focal com os mestres dos saberes. Contato de história. Troca de saberes com a cultura local.
- Considero o momento de discussões, momentos em que deixo a roda girar, que os educandos falam da sua compreensão.
- Trazer uma perspectiva que vá além da sala de aula
- Atingir os objetivos propostos
- Variedade
- Creio que sejam as habilidades atividades, métodos e ou práticas que desenvolvam ou aprimorem a leitura, fala, a escrita. Porém sempre colocando a língua portuguesa como uma opção e não como a língua dominante.
- A escolha metodológica precisa ser adequada à turma, aos estudantes e ao curso. mas privilegio uma abordagem dialógica, baseada na abordagem histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica.
- Uso das palavras.
- Agregar teóricos indígenas
- Na minha modalidade é um pouco complicado porque trabalho com Surdo sendo assim a língua portuguesa é a sua segunda língua

15- Existe mais alguma questão que considera importante de ser destacada quanto ao ensino de línguas/linguagens na modalidade em que atua?

- Conduzir os educandos ao prazer de aprender! Realizar aulas diferentes que envolva a turma nos conteúdos propostos.
- Gostaria de explicitar que ao falar de Quilombo, apesar de quilombo na atualidade mas minha experiência esta com Quilombo Rural, portanto toda minha fala esta direcionada a esse território.

Outro detalhe se da acerca do meu lugar de fala Estou pesquisadora , e não professora em sala de aula em uma Comunidade Quilombola .Leciono Educação Quilombola para o Ensino Superior.

Para enriquecer essa entrevista Sugiro entrar em contato com uma professora ou diretora de uma das escolas no Quilombo do Monte Reconcavo da Escola Duque de Caxias (Prof. Rubens e ou a Diretora Profa. Rose)

- Sei que devemos ensinar a língua padrão para eles, mas valorizá-los enquanto sujeitosem sua própria cultura.
- Sim. Um olhar especial para com todos.
- A forma com a qual o docente concebe e lida com o currículo.
- Mais leitura, debate e produção. Menos mecanização.
- Atuo nas disciplinas de literatura então creio que a língua portuguesa torna-se canalimportante para tal processo de formação.
- não
- Associar as palavras aos objetos. Eles aprendem muito por associação.
- Seria interessante inclusão da língua ancestral
- Não

16-Como funciona o ensino em LIBRAS na modalidade de ensino em que atua?

- No período que trabalhei com a EJA , não tínhamos a libras inserida no contexto, mas muita coisa mudou . hoje não sei informar precisamente, contudo sei que a inclusão da Libras já esta acontecendo .
- Nao sei falar.
- Não funciona.
- A libras é uma modalidade de ensino para os surdos de modo que a comunidade surda se apropria pois ela obedece o status de língua e tudo que a língua portuguesa tem a libras não é diferente. No ensino de libras é priorizado a sua língua na modalidade gestual, mas a escrita e dado na forma escrita do português. Para o surdo a libras é a sua primeira língua e a língua portuguesa a sua segunda língua. Hoje se trabalha o sistema do bilinguismo.
- Não funciona pois no momento não temos alunos com essa especificidade
- Disciplina optativa
- Infelizmente sobre isso não saberei opinar
- Depende. Atuo, por exemplo, em uma formação de professores para o trabalho na educação bilíngue em Blumenau. Essa educação bilíngue contempla instituições de ensino bilíngues português - Libras. Temos curso de línguas em Libras Básico e Libras intermediário. Todas as nossas aulas abertas à comunidade são interpretadas em Libras.
- Não existe.
- Somos bem assistidos nesse quesito dispomos de intérprete para os alunos por meio da própria secretaria de educação.

- Regular , porque alguns gestores não dão importância para a modalidade

17 - Na sua opinião, qual a contribuição que os cursos de licenciatura podem/devem trazer para a atuação docente nas variadas modalidades de ensino?

- CAPACITA O profissional para a atuação com qualidade e eficiência, para uma educação mais humanitária. A final de que vale tanto conhecimento se não pudermos compartilhar ? Perde o valor!
- -Motivar para que tenha mais vagas das diversas modalidades; Criar nos PPC mais disciplinas que se adequem a cultura do público das diversas modalidades; Trazer para dentro da Universidades Mestras e Mestres dos saberes para dar aula
- Poderiam trabalhar mais a forma de aplicar os textos em sala de aula. Ou melhor trazer a discussão de metodologias que possam chegar mais próximo dos nossos alunos sem desmotivá -los.
- Levar mais conhecimento deixando claro a sua importância para os que dela necessitam.
- Uma formação mais completa e acabar com alguns mitos sobre a escola
- Levar os estudantes a conhecerem as diferentes modalidades do mundo atual. As licenciaturas ainda estão se limitando a formar docentes para atuação nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio.
- Como as demais perguntas do questionário, está é também muito ampla, complexa digna de uma Tese. Então direi que os cursos d licenciaturas são estruturais em nossa sociedade, principalmente, no que tange as diversidades, pluralidades e conhecimentos, práticas e existências. Mas infelizmente a universidade "tradicional" ainda não consegue aceitar bem que saberes/conhecimentos não também se fazem fora dela, além das teorias e métodos que ela mesma legítima e ou tbem deslegítima.
- Enorme. É muito importante que se pense, por exemplo, a especificidade de atuação dos Institutos Federais, da educação profissional em outros contextos, do ensino de língua portuguesa como L2, do ensino de língua Portuguesa como língua de acolhimento, o trabalho com alfabetização de adultos, o trabalho com estudantes público alvo da educação especial, o trabalho com literatura em língua portuguesa (em lugar de literatura brasileira e portuguesa)... nada disso é normalmente trabalhado nas licenciaturas, o que cria um problema enorme
- Muito relevante.
- Garantir o funcionamento das nossas instituições de ensino com profesoress indígenas da própria comunidade. Assegurar o repasse cultural e ancestral.
- Na formação docente

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

1 - Em qual semestre do curso de Letras você se encontra atualmente?

8º Semestre – 2

respostas 7º Semestre

– 10 respostas6º

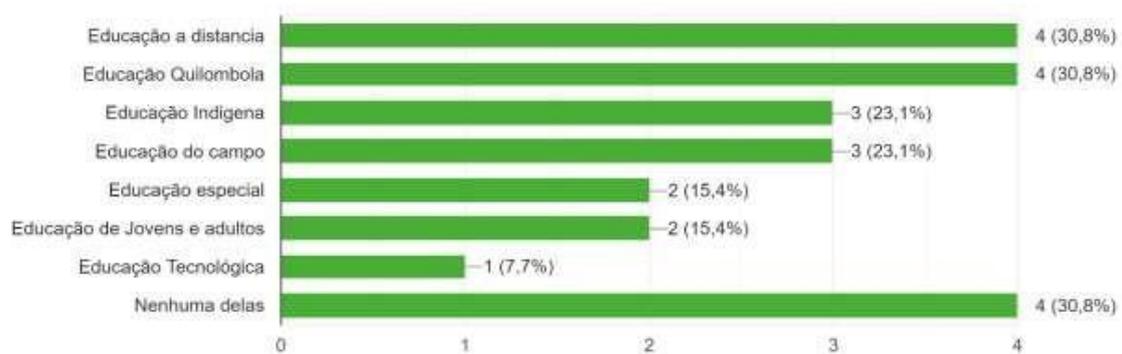
Semestre - 6

respostas

Questão 2

Sobre as modalidades de ensino qual destas você estudou durante o curso de Letras - IHLM?

13 respostas:



Questão 3 -Em caso positivo, em qual componente curricular?

- Nenhuma
- Nenhuma
- Educação especial
- Estágio, especificamente na BNCC
- Não lembro agora
- Ciências e tecnologias
- Da professora Erika e Sabrina
- Estágio. Sociolinguística. Literatura/modernismo. Ensino de gramática.
- Prática de Estágio II

- Não tenho recordação
- Nenhuma
- Práticas de estágio
- Políticas Linguística
- Não se aplica
- Estágio 2, Sociolinguística, TCC 2 e etc

Questão 4 -Para você é importante que o professor de língua portuguesa tenha conhecimento básico sobre as modalidades de educação?

Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial. Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial.

Sim, porém isso deve ser estudado em sua formação continuada. Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial.

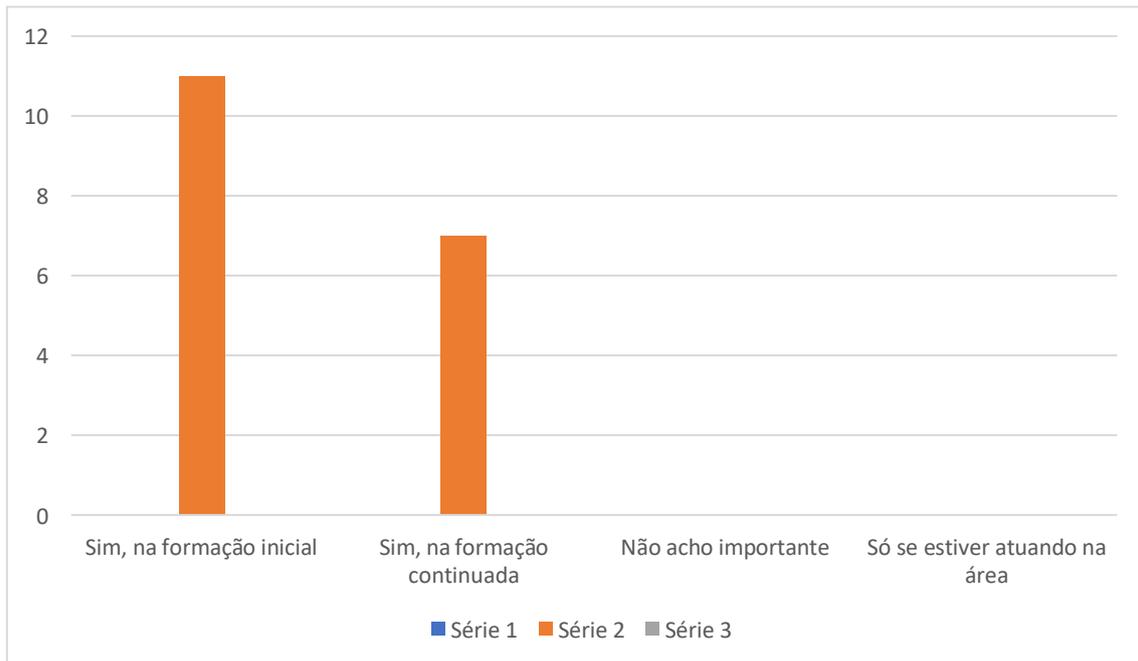
Sim, porém isso deve ser estudado em sua formação continuada. Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial.

Sim, porém isso deve ser estudado em sua formação continuada. Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial.

Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial.

Sim, porém isso deve ser estudado em sua formação continuada. Sim, porém isso deve ser estudado em sua formação continuada. Sim, deve estudar essas questões em sua formação inicial.

Sim, porém isso deve ser estudado em sua formação continuada.



Questão 5 - Qual o seu entendimento sobre a relação entre ensino de língua portuguesa e as modalidades de educação (aspectos metodológicos e abordagens linguísticas)?

- Ambos se relacionam
- Acredito que para cada modalidade, a língua portuguesa deva se adequar às necessidades do grupo.
- Deve ser cada vez mais ampla e interacional
- O componente de Lp construiu e muito em todos os outros componentes, pois é através dela que o aluno consegue se comunicar através da escrita.
- Eu não tenho o que falar dos professores de linguística e políticas, eu acho que alguns professores de literatura precisam aprender como eles.
- O necessário
- O ensino da Língua Portuguesa está diretamente relacionado com todos esses aspectos, acredito apenas que em todas as modalidades o modelo ensino-aprendizado por ser institucionalizado para atender a anseios político-partidários, segue em rota de choque com o projeto da formação docente.
- Não desejo responder
- Para cada modalidade de ensino, faz-se necessária uma metodologia específica, usando como exemplo; a educação indígena. O docente deverá ter uma abordagem diferente quanto ao ensino da língua portuguesa, atentar as dificuldades que podem surgir durante o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, por conta das diversidades linguísticas que os indígenas possuem.
- Geralmente, o ensino de língua envolve atividades que as modalidades não oferecem da mesma forma, sendo umas mais favoráveis que outras. Sabe-se que o ensino da língua portuguesa assim como de qualquer outra língua exige interação entre os alunos.

- Seria necessário que o ensino da LP passasse por uma reformulação metodológica e curricular, pois a Língua Portuguesa deve ser ensinada de maneira harmônica e democrática respeitando os espaços sociais, as diversidades e realidades.
- O profissional consegue atuar em diversas frentes. É preciso fugir da ideia que o curso de Letras é ensino de gramática.
- Nenhuma

Questão 6- Na sua opinião, qual a contribuição que os cursos de licenciatura, mais especificamente o curso de Letras - IHLM, podem/devem trazer para a atuação docente nas variadas modalidades de educação?

- Trazer os alunos para vivenciar mais a prática
- Formação de qualidade.
- Focar ainda mais no sistema de letramento de ensino ainda mais sustentável
- Ajuda a aluno a formular e organizar seus pensamentos e questões.
- Explorar modalidades fora da sala de aula, viagens, excursões, gincanas.
- Orientando o estudante para Que ele possa pensar as necessidades de seus futuros alunos no planejamento e andamento de suas aulas.
- Acho que o os cursos de licenciatura, sobretudo o curso de letras desempenha um importante papel na formação docente e deve ser pioneiro na busca incansável por métodos e ferramentas de ensino.
- Ampliação de conhecimentos, desenvolvimento pessoal e interpessoal.
- Todos os componentes curriculares de alguma forma contribuirão na minha atuação como docente. O componente curricular Didática, aborda bastante como o futuro docente deverá se posicionar nas variadas modalidades.